

---

Rumo ao Subsídio de Desemprego Europeu

**Ana Rita Garcia da Fontoura Carneiro**

---

Dissertação

Mestrado em Finanças e Fiscalidade

---

Orientado por

**Professor Doutor António de Melo da Costa Cerqueira**

**Professor Doutor Elísio Fernando Moreira Brandão**

---

2018

## **Agradecimentos**

A realização desta dissertação de mestrado só foi possível porque não caminhei sozinha, e por este mesmo motivo, aos que me acompanharam nesta jornada estou eternamente grata.

Gostaria de agradecer aos meus orientadores, Professor Doutor Elísio Fernando Moreira Brandão e Professor Doutor António de Melo da Costa Cerqueira, pelos seus contributos e recomendações, pelo apoio prestado durante as várias etapas da elaboração desta tese. A todos os professores do mestrado em Finanças e Fiscalidade agradeço por toda a aprendizagem que me proporcionaram durante estes dois anos.

A minha gratidão, também, a todos aqueles que contribuíram para a realização desta dissertação especialmente aos que prescindiram de algum do seu precioso tempo para responder e divulgar este questionário.

Aos meus amigos e às pessoas que se foram cruzando no meu caminho, pela amizade, pela paciência e compreensão, em particular agradeço à Ana que tudo fez para que eu desse o meu melhor.

À minha família, à Ana Cláudia, à Bela, à Celeste, à Céu, à Clarisse, à Flor, à Gena, ao Jaime e a todos os que me apoiaram a mim e aos meus pais, o meu agradecimento mais que especial.

Por fim, mas não menos importante um agradecimento especial aos meus pais, Fátima e António, a quem dedico esta dissertação. Obrigada por serem um exemplo a seguir e de superação, pelos incentivos, pelo carinho e apoio incondicional, por terem permitido que eu chegasse até aqui, e pela paciência que demonstraram pelo tempo que não passei com vocês durante o meu percurso académico.

A minha sincera gratidão.

## **Abstract**

The 2008 economic and financial crisis questioned the viability of the euro area. As such, several mechanisms have been studied by the European Commission to improve the functioning of the monetary union. The European Unemployment Insurance Scheme stands out as a solution to follow, acting as an important macro stabilizer. While its main goal would be the mitigation of the effects of asymmetric shocks, it could also contribute to the reduction of economic and social divergences among countries. This dissertation sets out the advantages and disadvantages of the implementation of this automatic mechanism and present the results of a randomized controlled trial designed to assesses the elasticity of public opinion to different pieces of information on such a mechanism. This dissertation thus contributes to the debate on the European unemployment subsidy and the results achieved in the questionnaire are an important contribution to the decisions of politicians who have to reform the system to improve the results of the Economic Monetary Union.

**Key Words:** Economic Stabilization, Economic Integration, Economic Monetary Union, European Unemployment Insurance, Public Opinion.

**JEL Classifications:** D72, E63, F45, H12, H23, H87

## **Resumo**

A crise económico-financeira que teve início em 2008 pôs em causa a viabilidade da Zona Euro, e como tal, vários têm sido os mecanismos estudados pela Comissão Europeia a fim de melhorar o funcionamento da União Económica e Monetária. Neste sentido, o subsídio de desemprego europeu destaca-se como uma solução a seguir, uma vez que se assume como um importante estabilizador macroeconómico, permitindo assim diminuir os efeitos de choques assimétricos. Adicionalmente, poderia também contribuir para diminuir as divergências económicas e sociais existentes entre países. Nesta dissertação, são expostas as vantagens e desvantagens da implementação deste mecanismo de estabilização automático e são também apresentados os resultados de um inquérito aleatório controlado, desenhado para avaliar a elasticidade das opiniões dos inquiridos a diferentes argumentos relativos à implementação do subsídio de desemprego europeu. Esta dissertação contribui, assim, para o debate sobre o subsídio de desemprego europeu e os resultados alcançados no questionário são um importante contributo para as decisões dos políticos que têm de fazer reformas no sistema para melhorar os resultados da União Económica Monetária.

**Palavras-Chave:** Estabilização Económica, Integração Económica, União Económica Monetária, Subsídio de Desemprego Europeu, Opinião Pública.

**Classificações JEL:** D72, E63, F45, H12, H23, H87

## Índice

Agradecimentos .....	i
Abstract .....	ii
Resumo .....	iii
Índice de Figuras.....	vi
Índice de Tabelas .....	vii
Lista de Siglas .....	viii
Capítulo 1: Introdução.....	1
Capítulo 2: Revisão de literatura.....	6
2.1. A crise de 2008 e as suas consequências .....	6
2.2. Mecanismo de Estabilização Macroeconómica.....	8
2.3. Etapas para o aprofundamento da UEM.....	13
2.4. Subsídio de Desemprego Europeu .....	16
2.4.1. O subsídio de desemprego europeu.....	16
2.4.2. Funções do subsídio de desemprego europeu.....	20
2.4.3. Valor acrescentado do subsídio de desemprego europeu .....	21
2.5. Formulação das Hipóteses .....	23
Capítulo 3: Metodologia, Dados, Modelos .....	27
3.1. Metodologia de análise.....	27
3.2. Recolha de dados .....	28
3.3. Características da amostra obtida .....	29
3.3.1. Características gerais .....	29
3.3.2. Comparação dos grupos de controlo e de tratamento .....	30
3.4. Modelos.....	31
Capítulo 4: Resultados Esperados.....	34
Capítulo 5: Resultados .....	35
Capítulo 6: Conclusões .....	40

Apêndice A – Questionário texto informativo .....	42
Apêndice B – Descrição das variáveis .....	44
Apêndice C – Estatísticas descritivas das variáveis independentes .....	46
Bibliografia.....	48
Anexo 2 – Inquérito .....	55

## Índice de Figuras

Figura 1: Choques específicos de crescimento ao nível do país .....	6
Figura 2: Partilha geral de risco (percentagem geral dos choques de rendimento, alisado por canal).....	8
Figura 3: O caminho para uma União Económica Monetária mais forte .....	13
Figura 4: Distribuição pelos grupos de tratamento .....	30
Figura 5: Grupos de controlo aleatório no inquérito .....	43

### Em Anexo:

Figura 6: Taxas de substituição bruta do subsídio de desemprego nos 27 Estados-Membros da UE, 2010.....	52
Figura 7: Taxas de substituição líquidas do subsídio de desemprego nos 27 Estados-Membros da UE, 2010.....	52
Figura 8: Período de duração das prestações de subsídio de desemprego nos 27 Estados-Membros da UE em semanas, 2010. ....	53
Figura 9: Taxa de cobertura do subsídio de desemprego nos 27 Estados-Membros, 2010. 53	
Figura 10: Fontes de financiamento do subsídio de desemprego nos 27 Estados-Membros da UE Estados, 2010.....	54
Figura 11: Despesas com subsídios de desemprego em percentagem do PIB nos 27 Estados-Membros, 2010. ....	54

## Índice de Tabelas

Tabela 1: Posição política e apoio da proposta .....	30
Tabela 2: Apoio à proposta de existência de um subsídio de desemprego europeu .....	31
Tabela 3: Sinais esperados das variáveis dependentes.....	34
Tabela 4: Resultados do modelo .....	36
Tabela 5: Resultados modelo com iteração.....	38
Tabela 6: Listagem e descrição das variáveis .....	44
Tabela 7: Estatísticas descritivas das variáveis independentes .....	46



## **Lista de Siglas**

BCE – Banco Central Europeu

EUA – Estados Unidos da América

EUBS – Esquema de subsídio de desemprego europeu (*European unemployment benefits scheme*)

NUBS – Esquema de subsídio de desemprego nacional (*National unemployment benefit scheme*)

PIB – Produto Interno Bruto

UE – União Europeia

UEM – União Económica Monetária

## Capítulo 1: Introdução

A crise económico-financeira de 2008 acentuou as diferenças e desequilíbrios estruturais na Zona Euro (Andor, 2016) e pôs em causa a sua viabilidade (Allard *et al.*, 2013; European Commission, 2017c). Várias propostas têm vindo a ser defendidas no sentido de aumentar a resistência da Zona Euro a crises e de garantir que são alcançados os objetivos de prosperidade partilhada (ver, por exemplo, Allard *et al.*, 2013).

É cada vez mais reconhecido que as respostas económicas e sociais à crise devem ter um teor mais solidário entre Estados-Membros, sendo esta solidariedade particularmente necessária na Zona Euro, tendo em conta a ausência de mecanismos de ajustamento nacionais, nomeadamente taxa de câmbio e política monetária (Esser *et al.*, 2013). Assim, uma integração europeia bem-sucedida e continuada necessita de um sistema de partilha de risco, onde se destacam os mecanismos de transferência fiscal (Esser *et al.*, 2013). O subsídio de desemprego europeu surge como um dos mecanismos mais relevantes para melhorar o funcionamento da União Monetária, tanto através da estabilização macroeconómica, como através da diminuição de divergências sociais e económicas (Andor, 2016).

O mecanismo de subsídio de desemprego europeu tem sido defendido por vários autores como Andor (2016), Dolls *et al.* (2014), Allard *et al.* (2013) e Dullien & Fichtner (2013). Neste mecanismo, os países com menos desemprego transfeririam fundos para os países com maior desemprego, que seriam utilizados para pagar subsídios de desemprego aos cidadãos em situação de desemprego de curta duração que cumprissem os critérios de elegibilidade. Cada país beneficiado pelas transferências poderia, se assim o entendesse, complementar os pagamentos mínimos do subsídio de desemprego europeu com pagamentos adicionais, ou prolongar a sua duração, através de verbas pagas diretamente pelo próprio país (Dullien & Fichtner, 2013). Desta forma, os países em crise iriam receber fundos de outros países membros para pagar (pelo menos parte) do subsídio de desemprego. Isto significa que todos os países iriam, em algum momento, beneficiar do mecanismo, já que todos enfrentam oscilações no seu ciclo económico.

Existem ainda outros autores que defendem um subsídio de desemprego europeu semelhante ao acima apresentado, mas ativado com outros indicadores que não a taxa de desemprego, como por exemplo o hiato do PIB (Enderlein *et al.*, 2013). No entanto, a complexidade e opacidade associadas ao seu cálculo são frequentemente apontadas como importantes limitações, por isso a taxa de desemprego é uma medida mais consensual.

Vários autores estudaram o efeito potencial da existência de um subsídio de desemprego a nível europeu. Beblavý & Maselli (2014) afirmam que teria um efeito multiplicador<sup>1</sup> de 1,5; segundo Dolls *et al.* (2014), se este mecanismo existisse nos primeiros anos da crise, Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha teriam benefícios de estabilização<sup>2</sup> de 23% a 31%; Andrea Brandolini (2014) estima um efeito de estabilização<sup>3</sup> de 0,03% do PIB entre os anos de 2002-2012; segundo Dullien & Fichtner (2013), o mecanismo teria um custo potencial de 0,3% e 0,6% do PIB anual da UEM e um possível efeito de estabilização<sup>4</sup> de 11% na Zona Euro. Ainda de acordo com estes autores, se o mecanismo estivesse em vigor, a Alemanha teria sido beneficiada nos anos pré-crise. Este resultado é importante, uma vez que muitos críticos deste mecanismo argumentam que o mesmo implicará transferências dos países mais ricos para os mais pobres, porém não é o caso, dado que se trata de um mecanismo de estabilização cíclica. Através de Allard *et al.* (2013), podemos concluir que Portugal também teria sido beneficiado por este mecanismo durante a crise de 2008.

Por volta de 2014, a criação do subsídio de desemprego europeu começou, de novo, a ser discutida ao mais alto nível das instâncias europeias, com organismos e instituições a expor o seu parecer sobre o mecanismo (Andor, 2016). Em Junho de 2014, o *Ministère de l'Économie et des Finances* sugeriu que a implementação deste subsídio deveria ser faseada (Lellouch & Sode, 2014); em novembro de 2014, a *Banca d'Italia* publicou um artigo a identificar as características deste mecanismo (Andrea Brandolini, 2014) e o *Deutsche Bank* publicou um relatório enfatizando os problemas de risco moral (Vetter, 2014). Já em 2015, o Ministro das Finanças Italiano mencionou que este mecanismo não causaria alterações nos tratados vigentes e referiu a urgência da implementar «um mecanismo europeu para combater o desemprego cíclico e as suas consequências» que incluía uma estrutura de incentivos apropriada, por forma a limitar a possibilidade de existência do risco moral e evitar transferências permanentes entre os mesmos países (Ministero dell'Economia e delle Finanze, 2015); também a Comissão Europeia lançou um importante estudo sobre este mecanismo que tem vindo a ser discutido em várias instâncias (European Commission, 2015).

---

<sup>1</sup> Calculado através dos pagamentos líquidos para o fundo e o total do PIB.

<sup>2</sup> Calculado pela estabilização do PIB.

<sup>3</sup> Calculado como a redução no coeficiente de variação do PIB.

<sup>4</sup> Calculado através do desvio do PIB do PIB potencial.

A questão do desemprego e da reforma da União Económica e Monetária é também um assunto no topo das preocupações dos cidadãos europeus. Em 2017, o desemprego e as desigualdades sociais são apontadas pelos Europeus como os principais desafios da EU<sup>5</sup>, destacando a necessidade de harmonizar os padrões de vida e os sistemas de segurança social; de centralizar as políticas de segurança social principais; e de garantir que a economia de mercado livre é acompanhada por um elevado nível de proteção social (European Commission, 2017b). Em geral, os cidadãos Europeus defendem uma maior coordenação de políticas económicas e manifestam apoio pela implementação de reformas económicas de crescimento e emprego<sup>6</sup>: 90% dos inquiridos no Eurobarómetro considera que o mercado de trabalho deveria ser reformulado. No entanto, apesar de haver consenso sobre a necessidade de reforma, não há acordo quanto ao exato caminho a seguir, com diferentes pessoas a apoiarem diferentes soluções (De Vries & Hoffmann, 2016).

Como se depreende dos parágrafos acima, existe uma divisão entre instituições, académicos e opinião pública quanto à implementação do subsídio de desemprego europeu. É, por isso, importante compreender melhor o que determina o apoio público pela proposta. Dolls & Wehrhoefer (2018) desenvolveram um estudo onde procuram avaliar as posições dos votantes alemães quanto à criação do subsídio de desemprego europeu. Procuram também determinar quão elástico esse apoio é a diferentes argumentos relativos à proposta em causa, através de um ensaio aleatório controlado, isto é, cada participante foi aleatoriamente inserido num dos três grupos do questionário, todos de igual dimensão. Os autores concluem que os inquiridos demonstram reticência à implementação de um subsídio de desemprego europeu; mais concretamente, 57% dos indivíduos inseridos no grupo de controlo estavam contra a proposta e 18% a favor. Os inquiridos expostos a informações acrescidas de «risco moral» / «transferências permanentes» apresentaram-se ainda mais desfavoráveis à proposta em causa.

Esta dissertação segue o estudo de Dolls & Wehrhoefer (2018), aplicado ao caso de Portugal. Desta forma, foi realizado um questionário junto de uma amostra de cidadãos portugueses, não representativa da população portuguesa (uma vez que a tese de mestrado

---

<sup>5</sup> O Eurobarómetro 467 «Futuro da Europa» foi realizado através de entrevistas telefónicas entre setembro e outubro de 2017 a 27 881 pessoas.

<sup>6</sup> O Eurobarómetro 458 «The Euro Area» foi realizado em outubro de 2017, por telefone, a 17 574 pessoas da Zona Euro.

acarretaria elevados custos). Na amostra recolhida, há uma sobre-representação de estudantes universitários, pessoas do sexo feminino e algumas zonas geográficas do país; a validade externa do estudo fica, assim, comprometida, não sendo possível a generalização dos resultados à população em geral. No entanto, isto não compromete a validade interna do estudo, isto é a validade dos resultados da exposição dos inquiridos a diferentes argumentos contra e a favor (Campbell & Stanley, 2015). Em particular, a validade interna foi assegurada através do recurso à realização de um inquérito aleatório onde se dividiram os inquiridos, de forma aleatória, em três grupos, de acordo com o seguinte esquema: 1.º Grupo: «Transferências para outros países» o contexto deste mecanismo, Portugal poderia ter de pagar parte do subsídio de desemprego de um alemão ou de um francês, sempre que a taxa de desemprego nestes países fosse suficientemente maior do que a Portuguesa. 2.º Grupo: «Harmonização do mercado de trabalho» para que este sistema possa ser implementado, será necessário harmonizar o mercado de trabalho dos diferentes países; esta harmonização pode incluir alterações a nível de horas de trabalho, rendimentos, forma de remuneração, condições de contratação e despedimento; assim, poderá gerar mudanças estruturais ao nível cultural e social nas sociedades dos diferentes Estados-Membros. 3.º Grupo: «Grupo de controlo» a introdução de um sistema comum de subsídio de desemprego europeu tem desvantagens.

Esta alocação aleatória permitiu expor diferentes indivíduos a diferentes argumentos relativos ao mecanismo de subsídio de desemprego europeu, com o objetivo de avaliar a elasticidade da opinião dos inquiridos. Assim, temos um grupo de controlo, cujo texto apenas informava da existência de possíveis desvantagens na aplicação do mecanismo, mas não as especificava; e dois grupos de tratamento: o grupo «transferências para outros países» e o grupo «harmonização do mercado de trabalho», conforme os argumentos com que os inquiridos foram confrontados. Como referido, o objetivo desta metodologia é aferir se a opinião expressa pelos inquiridos é afetada quando estes são expostos a diferentes conteúdos informativos. O inquérito online foi distribuído por *email* e pelas redes sociais. Foram também realizadas ações de divulgação presencial. Foram recolhidas 2023 respostas entre os dias 9 de novembro e 25 de dezembro de 2017. Para tratamento dos dados obtidos recorreu-se ao uso de um modelo *probit*, uma vez que a variável dependente é uma *dummy* de apoio à reforma e o objetivo é precisamente o de avaliar a probabilidade de apoio.

Os principais resultados são que os inquiridos estão na sua maioria a favor da implementação de um subsídio de desemprego a nível europeu, mais precisamente 69% dos

inquiridos inseridos no grupo de controlo estava a favor e 16% contra; dos inquiridos expostos a informação acrescida de «transferências para outros países», 67% estava a favor e 19% contra; quanto aos inquiridos expostos à informação sobre a «harmonização do mercado de trabalho», 73% demonstrou-se a favor e 14% contra a proposta de implementação de um subsídio de desemprego europeu.

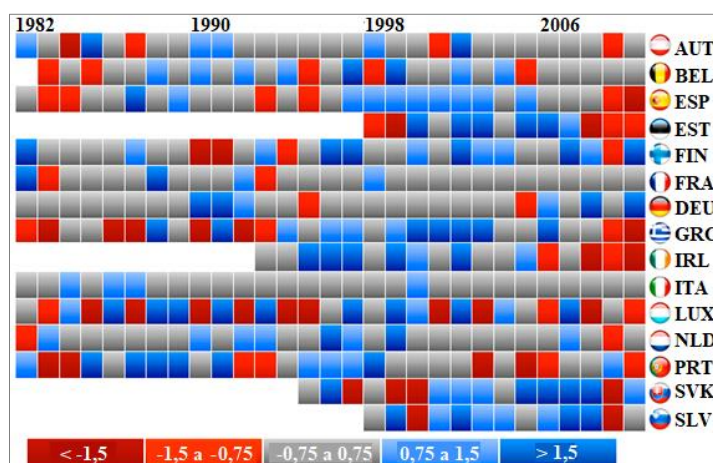
A restante dissertação está organizada da seguinte forma: no Capítulo 2 é apresentada a revisão de literatura. No Capítulo 3 são apresentados os dados, a seleção da amostra, as hipóteses de investigação e a metodologia. No Capítulo 4 são apresentados os resultados esperados e no Capítulo 5 são discutidos os resultados dos testes empíricos. Por fim, no Capítulo 6 são apresentadas as principais conclusões, as limitações e as perspetivas futuras de novas investigações.

## Capítulo 2: Revisão de literatura

### 2.1. A crise de 2008 e as suas consequências

Depois da criação da UEM foram registados choques, ao nível dos países, mais frequentes do que o esperado [Figura 1], que tiveram origem em créditos, estratégias de globalização ou políticas (Allard *et al.*, 2013). Segundo Dullien & Fichtner (2013) a crise de 2008 foi de origem estrutural e teve impacto real na economia, diminuiu a produção e aumentou o desemprego.

Figura 1: Choques específicos de crescimento ao nível do país



Fonte: adaptado de Allard *et al.* (2015)

Segundo Allard *et al.* (2013) a UEM não tem na sua estrutura uma política fiscal comum e, por isso, apenas consegue suportar crises de média dimensão. Para Allard *et al.* (2013) e a European Commission (2017c) a crise de 2008 expôs as falhas arquitetónicas da Zona Euro e pôs em causa a viabilidade do euro. Os Estados-Membros da UEM não estavam preparados para o choque económico, não tinham recolhido as reservas de fundos para situações imprevisíveis, no período de crescimento económico, que permitissem suporte anticíclico; além disso, reagiram à crise aplicando medidas incorretamente avaliadas, que acentuaram os choques económicos. Os governos usaram dinheiro dos contribuintes para apoiar instituições financeiras com extensas ligações e elevados riscos financeiros e bancários, devido às bolhas financeiras, originando um aumento sem precedentes da dívida pública (European Commission, 2017c). Os mercados financeiros aumentaram as taxas de juros destes países, devido às suas situações fiscais insustentáveis (Enderlein *et al.*, 2013). E os

custos da dívida pública apresentaram grande dispersão entre os Estados-Membros, apesar de terem uma moeda comum (Allard *et al.*, 2013).

Além disso, registaram-se significativos aumentos do desemprego e diminuições do consumo e investimento. A crise financeira tornou-se uma crise económica real (European Commission, 2017c); segundo Allard *et al.* (2013), os choques específicos nos diversos países tornaram-se sistémicos e alastraram-se a outros Estados-Membros, originando uma crise económico-financeira de difícil resolução, com significativos custos sociais e políticos. O crescimento e convergência verificados no início do euro foram perdidos e em alguns países, os padrões de vida diminuíram (European Commission, 2017c).

Em suma, os desequilíbrios acumulados ao longo dos anos, ao nível da competitividade, das finanças públicas e do setor bancário e as respostas dadas pelos governos à crise, prolongaram essa mesma crise e aumentaram as divergências na evolução das economias (European Commission, 2017c).

A resposta à crise foi imediata na UEM, foram implementados planos de estabilização e crescimento para reestruturar as dívidas soberanas (Enderlein *et al.*, 2013); o Banco Central Europeu (BCE) implementou medidas para atenuar os efeitos da crise e outras instituições europeias tomaram medidas para reforçar a integração da UEM: (i) o Mecanismo Europeu Estabilidade (MEE) - mecanismo de gestão de crises intergovernamental; (ii) o Semestre Europeu - um ciclo de coordenação de políticas económicas e orçamentais, em que os Estados-Membros alinham as suas políticas orçamentais e económicas pelas regras da UE; (iii) os programas «seis atos legislativos» e «dois atos legislativos» reforçaram as regras de supervisão macroeconómica e orçamental da UEM; (iv) foi lançado um novo Pacto Orçamental; (v) foi estabelecido um sistema comum de supervisão e resolução bancária *Outright Monetary Transaction (OMT)* - para reduzir os juros da dívida pública; (vi) foi lançado um plano de investimento «Plano Juncker»; (vii) e ainda, foi aprofundado o mercado único no que toca ao mercado de capitais, da energia e digital (European Commission, 2017c). Estes mecanismos implementados, permitem a melhor gestão dos ciclos, políticas monetárias mais eficazes, redução do risco na UEM, e corrigir alguns dos desequilíbrios estruturais, que permitiram a existência de desequilíbrios conjunturais mais fortes (European Commission, 2017c).

Nos últimos anos, as divergências entre os Estados-Membros da UEM, acentuadas pela crise de 2008, diminuíram, porém importantes divergências continuam a existir: o investimento tem vindo a aumentar lentamente, mas continua débil nos países que tiveram



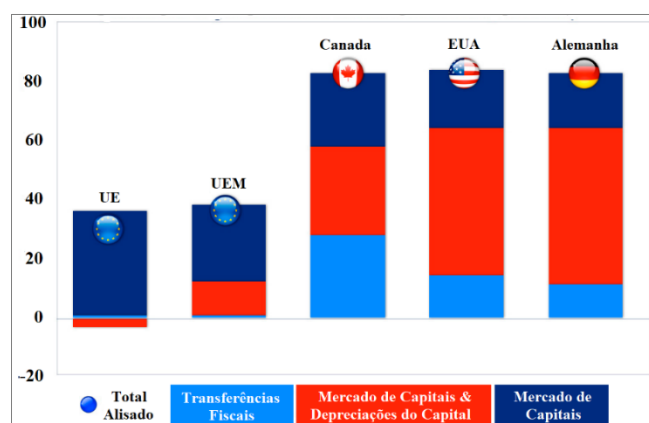
dificuldades financeiras durante a crise; as taxas de juro no setor privado têm convergido, mas as empresas continuam a ter obstáculos na obtenção de crédito devido à sua localização geográfica; por fim, a dívida pública estando a convergir, continua muito elevada (European Commission, 2017c).

Neste sentido, várias correntes defendem a necessidade de uma integração fiscal mais profunda, por forma a colmatar as fraquezas da arquitetura da UEM, reduzir a gravidade e duração das crises futuras e aumentar a credibilidade das medidas anticrise. (Allard *et al.*, 2013).

## 2.2. Mecanismo de Estabilização Macroeconómica

A UEM é uma união económica sem precedentes históricos, que tendo uma autoridade monetária comum – BCE - que permite políticas de estabilidade de preços, não tem uma política fiscal comum (Bordo *et al.*, 2013). Desta forma, a UE tem um grau de integração inferior a outras uniões económicas (e.g. Austrália, Estados Unidos da América (EUA)), que para além de bancos centrais e livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais; possuem centralização da segurança social e fiscal, (e.g. subsídios de desemprego ou assistência orçamental), permitindo a transferência de fundos entre as diferentes regiões que constituem estas federações (Marjolin, 1975), [Figura 2].

**Figura 2: Partilha geral de risco (percentagem geral dos choques de rendimento, alisado por canal)**



Fonte: adaptado Allard *et al.* (2015)

Segundo Andor (2016) uma união económica monetária sem estabilizadores automáticos, apenas produz resultados satisfatórios e pode, até, ser insustentável. A estabilização macroeconómica nas uniões económicas monetárias é dificultada, já que os

países não têm autonomia para absorver choques macroeconómicos externos, porque não possuem capacidade de conduzir políticas monetárias e cambiais (Enderlein *et al.*, 2013), desta forma, a criação de fundos estruturais e fundos de coesão é vista como uma forma de colmatar estas perdas e recompensar os países pelo seu risco de instabilidade (Beblavý, Marconi, *et al.*, 2015).

Segundo Werning & Farhi (2017) devem ser tidos em conta três elementos para a estabilização macroeconómica das uniões económicas monetárias: a persistência dos choques, o grau de abertura dos Estados-Membros e a existência de choques assimétricos, já que quanto mais integradas são as economias, menos eficazes são os instrumentos políticos económicos nacionais, dado que parte dos estímulos fiscais são transferidos automaticamente através de transferências intracomunitárias (Enderlein *et al.*, 2013); e os choques simétricos podem ser corrigidos com políticas monetárias. Quando os choques alteram a taxa de atividade económica, a política fiscal deve atuar na redistribuição e estabilização macroeconómica, isto é, as transferências líquidas devem ser em função de variáveis económicas (e.g. taxa de desemprego ou PIB *per capita*) (Goodhart, 1993).

Segundo Allard *et al.* (2013) e Beblavý, Marconi, *et al.* (2015), as principais razões económicas que contribuem para que as uniões adotem políticas fiscais comuns são: o efeito de contágio a outros países, os desequilíbrios orçamentais e as falhas de mercado.

### **Efeito de contágio a outros países**

Quando um país integrado numa economia monetária é afetado por um choque, os efeitos colaterais propagam-se a outros Estados-Membros (Majocchi & Rey, 1993; Kalemli-Ozcan *et al.*, 2001; Allard *et al.*, 2013). A existência de uma política macroeconómica forte permitiria a partilha de risco entre países, em períodos de choques assimétricos<sup>7</sup> (Kalemli-Ozcan *et al.*, 2001), reduziria o impacto das crises nas regiões economicamente mais fracas e evitaria o efeito de contágio (Beblavý, Marconi, *et al.*, 2015). Não obstante, os países podem não querer uma política fiscal ótima, porque os benefícios das suas políticas poderiam ser parcialmente transferidos a outras economias (que poderiam reduzir os seus esforços de estabilização e tentar aproveitar os esforços destes países) (Alcidi & Thirion, 2016); este problema poderia ser resolvido através de políticas de coordenação de políticas nacionais (Beblavý & Lenaerts, 2017).

---

<sup>7</sup>Choques que atingem subconjuntos pequenos de países.

### **Desequilíbrios orçamentais:**

Outra razão para as economias integradas adotarem políticas fiscais macroeconómicas, é a existência de desequilíbrios orçamentais. Os desequilíbrios orçamentais e os choques económicos podem ser atenuados pela existência de taxas de câmbio flexíveis, já que a estabilização da produção pode ser feita através da desvalorização da moeda (tornar as importações mais caras e as exportações mais baratas) (Hebous & Weichenrieder, 2016). Num país integrado monetariamente, as taxas de câmbio não são alteráveis, desta forma, os ajustes têm de ser feitos na economia real, com políticas de diminuição da procura - aumento dos impostos sobre o rendimento ou redução dos salários – por forma a diminuir as importações (Majocchi & Rey, 1993). A UEM tem tendência para implementar políticas deflacionárias, por não possuir um instrumento comum de ajuste da procura (Pasimeni, 2015).

### **Falhas de mercado**

Outro argumento para a criação de um mecanismo de estabilização automática é a existência de falhas de mercado (Allard *et al.*, 2013), que permitem que os choques adversos afetem variáveis reais (emprego e produção), em vez de variáveis nominais (Goodhart, 1993).

*Mercado de trabalho:* a flexibilidade salarial e a mobilidade laboral são importantes mecanismos para colmatar a ausência de políticas monetárias e cambiais, em períodos de choques assimétricos, porém não é eficaz em choques comuns (Arpaia *et al.*, 2014). Os governos, a fim de colmatar as falhas do mercado de trabalho, aumentam a flexibilização salarial, mas se a migração for baixa, o desemprego permanece elevado (Beblavý & Lenaerts, 2017). A UE tem uma fraca capacidade de ajuste do mercado de trabalho, já que a elasticidade dos subsídios de desemprego é inferior a outras economias avançadas, e a migração entre Estados-Membros representa um custo de ajustamento significativo porque é uma região multilingue e multicultural (Enderlein *et al.*, 2013). Apesar da mobilidade de trabalho na UEM ter aumentado com a crise de 2008, continua insuficiente e inferior a regiões como os EUA (Alcidi *et al.*, 2016).

*Mercado de capitais:* segundo Werning & Farhi (2017), a mobilidade de capitais na UEM não possibilita todos os benefícios de estabilização macroeconómica, no caso de choques assimétricos, porque é feita por agentes privados que não compram quantidades eficientes de seguro, já que não internalizam as externalidades positivas dos efeitos de estabilização, que, apenas, seriam alcançadas com a intervenção do estado; por conseguinte os mercados financeiros são incompletos e a partilha de risco agregado insuficiente.

Segundo Enderlein *et al.* (2013), antes da crise de 2008 alguns países tinham níveis de crescimento e inflação superiores à produtividade; consequentemente, diminuíram a competitividade e aumentaram o défice. Se estes países possuísem canais de ajustamento flexíveis, a inflação e as importações cairiam, as exportações aumentariam, a mobilidade do trabalho pressionaria a subida dos salários; e níveis suficientes de seguro dos mercados de capitais desviariam fundos para as economias mais fracas; o que diminuiria a procura nos países com maior crescimento e aumentaria o crescimento nos países em dificuldades (Enderlein *et al.*, 2013).

A inexistência de um mecanismo de estabilização permitiu que os países ficassem vulneráveis a choques assimétricos, aumentou os desequilíbrios estruturais na UE e pôs em causa a estabilidade e viabilidade da Zona Euro (Enderlein *et al.*, 2013). Para Hebous & Weichenrieder (2016), o fraco desempenho de crescimento pós-crise, em vários países da Zona Euro, deve-se à sua natureza estrutural.

Em Enderlein *et al.* (2013), António Vitorino refere que uma abordagem de seguro *ex-ante* deve ser preferida a uma abordagem de salvamento *ex-post*, tendo sido esta última a registada na crise de 2008, levantando questões políticas e económicas.

A integração fiscal apresenta vantagens e desvantagens.

Quanto às vantagens: a existência de transferências temporárias *ex-ante*, permitiria que as crises fossem menos frequentes, mais fracas e tivessem um menor risco de contágio; contribuiria para a estabilização económica da UEM, diminuiria o risco de políticas nacionais idiossincráticas; aumentaria o âmbito das políticas anticíclicas e de coordenação fiscal dos Estados-Membros; aumentaria a disciplina na UEM; adicionalmente, se este mecanismo fosse aplicado num período suficientemente longo, todos os países seriam beneficiados com transferências fiscais (Allard *et al.*, 2013).

Quanto às desvantagens: uma maior integração fiscal não resolveria o problema da dívida. O ajuste individual da dívida nos países sobre-endividados poderia aumentar a deflação, e esta ser contagiada a outras economias da UEM; por outro lado a mutualização da dívida poderia diminuir os incentivos para restabelecer a dinâmica fiscal, em termos de sustentabilidade e competitividade. Por conseguinte, a dívida continua a ser irresolúvel, visto que estes *trade-offs* são de difícil gestão (Allard *et al.*, 2013).

A European Commission (2017c) refere a necessidade de desenvolver quatro pontos para melhorar o funcionamento da UEM: (i) combater as disparidades económicas persistentes - o fraco investimento e produtividade são um entrave ao desempenho da Zona

Euro e aumentam as divergências entre os Estados-Membros, desta forma, é vital reformar as estruturas arquitetónicas para solidificar o crescimento e sustentar a convergência; (ii) combater os fatores de vulnerabilidade que subsistem - durante a crise a convergência financeira diminuiu, os empréstimos interbancários foram drasticamente reduzidos e as PMEs dos países mais afetados ficaram restringidas nas condições de empréstimo (volume e quantidade) e depararam-se com a ausência de outras formas de financiamento, como o mercado de capitais; (iii) combater o elevado endividamento e reforçar a capacidade coletiva de estabilização - o equilíbrio do euro depende da existência: de finanças públicas sólidas, de reservas orçamentais resilientes a choques, da disciplina de mercado e de um mecanismo de estabilização centralizado; e (iv) melhorar a eficiência e a transparência da UEM - que necessita de uma governação mais forte; o sistema atual, complexo e pouco transparente, é insuficiente para a convergência e para antecipar choques futuros (European Commission, 2017c).

Segundo Allard *et al.* (2013), para ampliar a partilha de risco fiscal a UEM deve: aumentar a supervisão das políticas fiscais nacionais, por forma a constituir reservas robustas e abranger preocupações comuns; aumentar a supervisão e os incentivos às transferências temporárias/provisão de bens e serviços públicos comuns; criar uma política fiscal comum *ex-ante*; e implementar barreiras credíveis no setor bancário soberano, possibilitando que os países tenham acesso a financiamento baseado em fundos comuns para diminuir as diferenças de financiamento da dívida soberana.

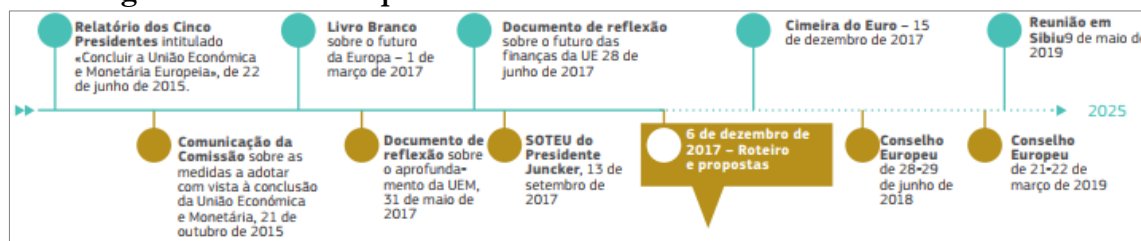
Ainda segundo Allard *et al.* (2013), para que um instrumento fiscal seja corretamente implementado, devem-se ter em conta objetivos fiscais e metas de equilíbrio estruturais, em vez de metas de saldo fiscal. Desta forma, as previsões de ciclo devem ser feitas em cooperação por agências nacionais e agências independentes e supervisionadas a nível central, por forma a implementar políticas fiscais melhores. Os planos fiscais devem ser de médio prazo (para que a flexibilidade das regras fiscais seja de médio prazo), de modo a obter menores níveis de endividamento e credibilizar a política fiscal. Deve-se aumentar a transparência e a responsabilização, confiando aos Conselhos Fiscais ou a agências nacionais independentes, a tarefa de avaliar a credibilidade dos planos de médio prazo e quaisquer medidas corretivas. E, por fim, deve-se harmonizar a apresentação dos orçamentos, relatórios fiscais e contabilísticos dos órgãos de governo, para melhorar o funcionamento da supervisão fiscal.

## 2.3. Etapas para o aprofundamento da UEM

Durante a década de 90, vários autores evidenciaram a necessidade de implementar uma política fiscal a nível europeu, no entanto houve relutância política na sua implementação; um dos motivos pelo qual uma política fiscal não foi implementada, foi que o Tratado de Maastricht corria o risco de não ser ratificado por alguns países, desta forma, dos vários tópicos em negociação a questão de um estabilizador fiscal e, particularmente, de um subsídio de desemprego europeu, foi considerada menos relevante pelos decisores políticos, que presumiram que os choques assimétricos seriam mais raros numa União Monetária (Allard *et al.*, 2013).

No período pós-crise de 2008, o debate sobre as falhas arquitetónicas da Zona Euro, foi reaberto por economistas e decisores políticos do mais alto nível europeu. A criação dum estabilizador automático foi discutida em 2012: no Relatório dos Quatro Presidentes; em 2015: no Relatório dos Cinco Presidentes; em 2017: no Livro Branco, no «Documento de Reflexão Sobre o Aprofundamento da União Económica Monetária», no discurso de Jean-Claude Juncker sobre o Estado da União, e continuado no Roteiro para uma União mais forte e mais democrática [Figura 3: O caminho para uma União Económica Monetária mais forte].

**Figura 3: O caminho para uma União Económica Monetária mais forte**



Fonte: European Commission (2017d)

O Relatório dos Cinco Presidentes, *Concluir a União Económica e Monetária Europeia*, de 22 de junho de 2015, define os primeiros passos e lança orientações para as medidas de longo prazo, organizadas em duas fases de ajustamento: a primeira fase «aprofundar a UEM através de atos concretos», de 1 de julho de 2015 a 30 de junho de 2017, tem como objetivo criar um Conselho Orçamental Europeu consultivo, para coordenar políticas, complementar conselhos orçamentais nacionais, avaliar publica e independentemente o desempenho e execução dos orçamentos nacionais, de modo a completar a União Financeira e estimular a convergência estrutural e a competitividade; a segunda fase em processo de discussão «completar a UEM», consistirá na criação de uma

função de estabilização macroeconómica para a UEM, alcançando a fase final em 2025 (Juncker *et al.*, 2015). Segundo este relatório, os fatores chave para um mecanismo de estabilização na Zona Euro são: (i) inexistência de transferências permanentes ou unilaterais entre os países; (ii) não comprometer a execução de políticas orçamentais sólidas nacionais, nem os incentivos para solucionar as deficiências estruturais nacionais; (iii) evitar a existência de risco moral<sup>8</sup>, vinculando o cumprimento do quadro governativo da UE e os progressos de convergência já realizados; (iv) deve ser desenvolvido em coerência com o quadro orçamental da UE e com os procedimentos de coordenação das políticas económicas e pautar-se pela transparência; (v) não deve ser interpretado como um instrumento para gestão das crises, mas deve melhorar a capacidade de resistência económica global da UEM e dos Estados-Membros, prevenindo futuras crises (Juncker *et al.*, 2015).

O **Livro Branco sobre o Futuro da Europa**, lançado a 1 de março de 2017 pela Comissão Europeia, para preparar a transição da fase 1 para a fase 2, avaliou os progressos da fase 1, delineou as próximas etapas para a conclusão da UEM, e apresentou 5 vias possíveis para o futuro da Europa. Posteriormente, a 27 de março de 2017, os Estados-Membros assinaram a **Declaração de Roma** reiterando o compromisso de concluir a UEM e aumentar a convergência das economias dos Estados-Membro.

A 31 de maio de 2017, a Comissão Europeia publicou o **Documento de Reflexão sobre o Aprofundamento da UEM**, apresentando uma série de passos e de opções para ajudar a clarificar e para aprofundar a UEM até 2025. Define como princípios orientadores para o aprofundamento da UEM: (i) emprego, crescimento, justiça social, convergência económica e estabilidade financeira; (ii) responsabilidade, partilha e redução de risco; (iii) abertura a todos os Estados-Membros; (iv) e existência de processos democráticos e responsáveis. (European Commission, 2017c).

Referindo que um mecanismo de estabilização macroeconómica complementaria os estabilizadores orçamentais nacionais, em caso de choques assimétricos graves, e permitiria a implementação de políticas orçamentais mais fluidas na Zona Euro, quando as políticas monetárias atingissem o seu limite; sugerindo que o financiamento deste estabilizador poderia ser feito através de mecanismos já existentes como o MEE, o orçamento da UE ou

---

<sup>8</sup> Risco moral ocorre quando são corridos mais riscos porque os custos são suportados por outros, este problema está ligado à existência de informação assimétrica (Barr, 2012, p. 92).

ser financiado com contribuições nacionais baseadas numa percentagem do PIB, IVA, impostos especiais sobre o consumo ou taxas e/ou impostos sobre as sociedades; sendo que a sua capacidade de estabilização dependerá, também, da possibilidade de contrair empréstimos (European Commission, 2017c).

Ainda neste relatório, a Comissão Europeia refere três possibilidades para a criação de um mecanismo de estabilização: um regime de proteção do investimento, um fundo para «*rainy days*» ou um subsídio de desemprego europeu.

**Um regime de proteção dos investimentos**, que apoiaria o investimento, priorizando projetos ou atividades já planeadas a nível nacional (e.g. infraestruturas, desenvolvimento de competências). Durante as recessões o investimento público diminui, o que agrava as crises e pode ter efeitos permanentes no emprego e produtividade. Este fundo permitiria a realização de investimento e a recuperação mais rápida das crises (European Commission, 2017c). No entanto, o investimento público não impede as crises económicas de demorada implementação, podendo não ter um atempado efeito anticíclico na economia real (Beblavý & Lenaerts, 2017); além disso, o cálculo do Produto Nacional Bruto potencial depende do método utilizado (existindo muitas vezes revisões retroativas); por outro lado, um pequeno grupo de governantes da UEM decidiria a entrega de elevadas quantias de dinheiro aos Estados-Membros, com base em cálculos de difícil entendimento para o público em geral (Dullien & Fichtner, 2013).

**Um fundo para imprevistos** que seria acumulado numa base regular e desembolsado numa base discricionária para amortecer choques graves, o pagamento do fundo seria estritamente limitado às contribuições acumuladas, o que num choque grave poderia não ter a capacidade de estabilização necessária, alternativamente este mecanismo poderia ter capacidade para contrair empréstimos, desde que idealizado com a realização de poupanças e limites de endividamento. (European Commission, 2017c).

**Um sistema de subsídio de desemprego europeu**, que funcionaria como um fundo de resseguro para os regimes nacionais de seguro de desemprego. O desemprego tende a aumentar em contextos de recessão, quando os recursos são limitados pela contenção do défice do estado, desta forma, este fundo permitiria que as finanças públicas tivessem maior margem de manobra e uma mais rápida e robusta recuperação de crises, contudo é necessária a convergência do mercado de trabalho entre os Estados-Membros (European Commission, 2017c). Por fim, o desemprego é uma variável altamente identificável, mais aceitável para o público, do que um fundo para imprevistos (Allard *et al.*, 2013), que evitaria grande parte dos



problemas acima enunciados e permitiria todos os benefícios de estabilização económica a nível europeu (Dullien & Fichtner, 2013).

A 13 de setembro de 2017, o presidente Juncker fez um discurso intitulado ***Estado da União***, expondo a necessidade de reforçar a UEM e da criação de uma rubrica orçamental para a Zona Euro no orçamento da UE, com quatro funções: apoio às reformas estruturais, estabilização, apoio à União Bancária e criação de um instrumento de convergência para conceder assistência de pré-adesão aos países não pertencentes à Zona Euro (Juncker, 2017).

A 6 de dezembro de 2017, foi lançado o ***Roteiro e Propostas para o aprofundamento da União Económica e Monetária***, com medidas concretas para os seguintes 18 meses, tendo como objetivos: melhorar a eficiência e reforçar a unidade e a responsabilização democrática, prevendo o pleno funcionamento da nova função de estabilização entre 2019 e 2025 (European Commission, 2017d). Estes trabalhos continuarão até junho de 2019 para apresentar aos europeus o rumo a seguir.

## **2.4. Subsídio de Desemprego Europeu**

### **2.4.1. O subsídio de desemprego europeu**

O subsídio de desemprego europeu seria um instrumento de estabilização anticíclica, que permitiria melhorar o funcionamento da UEM e corrigir algumas das divergências sociais e económicas que persistem na UE, que têm originado transferências constantes para os países com maiores desequilíbrios estruturais (Andor, 2016). Hebous & Weichenrieder (2016), também referem que os sistemas de segurança social de alguns Estados-Membros não são projetados para amortecer choques adversos, tendo quantidades/períodos insuficientes de assistência. Existe uma grande diversidade de subsídios de desemprego nacionais, não obstante a variação entre os países da zona euro é ligeiramente inferior à variação na UE (Esser *et al.*, 2013), [Anexo 1 - *Figura 6 a Figura 11*].

A transferência de um subsídio de desemprego a nível europeu teria efeitos económicos reais significativos e imediatos, uma vez que a maioria do rendimento dos desempregados é gasto em consumo (Dullien & Fichtner, 2013). Segundo Allard *et al.* (2013), a proteção social é uma forma de aumentar a partilha de risco fiscal entre o Estados-Membros. Este subsídio seria um mecanismo de transferências centralizado (Allard *et al.*, 2013), que transferiria fundos diretamente para os cidadãos de economias fracas, sem

cálculos econométricos, agindo como um estabilizador macroeconómico entre países com choques económicos assíncronos (Dullien & Fichtner, 2013).

Dullien & Fichtner (2013) sugerem que o subsídio de desemprego europeu seja de curta duração (inferior a 12 meses) e forneça uma compensação salarial mínima, referente ao tempo de trabalho e ordenado auferido; sendo que os países que recebessem este tipo de transferências fiscais poderiam, se assim o entendessem, complementá-las com pagamentos adicionais ou estender a sua duração; financiados pelos impostos nacionais ou contribuições à segurança social.

O subsídio de desemprego europeu ao centrar-se no desemprego de curta duração – que está altamente ligado ao ciclo económico e aumenta drasticamente em recessões profundas, nas quais a necessidade de estabilização é maior - teria uma forte ligação entre o seu financiamento, através das contribuições para a segurança social e a provisão de benefícios de desemprego aos Estados-Membros (Dullien & Fichtner, 2013).

No entanto, a estrutura do mercado de trabalho de alguns países permitiria maior usufruto deste mecanismo, desta forma, são necessárias reformas nestes mercados e/ou medidas restritivas para o pagamento do subsídio aos países, conforme as contribuições anteriores destes para o fundo (Dullien & Fichtner, 2013). Para evitar as transferências permanentes e o risco moral<sup>9</sup>, Beblavý & Lenaerts (2017) sugerem que os estados tenham neutralidade fiscal de longo prazo. Não obstante, segundo Beblavý & Lenaerts (2017) e Andor (2016), a conceção do EUBS deveria ter, também, um *rating* experiência<sup>10</sup> e um mecanismo de escudo<sup>11</sup>, que fariam a ligação entre os pagamentos e recebimentos, por forma a supervisionar as transferências líquidas para os Estados-Membros.

---

<sup>9</sup> O risco moral institucional surge quando dois níveis de governo lidam com a gestão do risco social e o nível de cobertura desse risco, cada nível de governo é responsável pelo seu eleitorado, no caso do subsídio de desemprego europeu a UE ficaria encarregada do financiamento e pagamento e os Estados-Membros do seu acionamento, desta forma, os formuladores políticos não teriam informação suficiente para distinguir entre efeitos da política e riscos puros do subsídio de desemprego (Beblavý & Lenaerts, 2017). Segundo Beblavý & Lenaerts (2017), o risco moral é o preço a pagar pela partilha do risco; para Enderlein *et al.* (2013), o risco moral é inevitável e pode inibir o seu funcionamento, desta forma, propõe a criação de regras administrativas e de atuação, para aumentar a eficiência do sistema, respeitando os princípios orçamentais e democráticos.

<sup>10</sup> Um mecanismo de *rating* experiência liga os pagamentos para o fundo supranacional e a probabilidade deste ser usado; este deve ser simples, robusto, automático, anticíclico e não discricionário (Beblavý & Lenaerts, 2017).

<sup>11</sup> Um mecanismo de escudo analisa as contribuições de longo prazo de um país através do aumento ou diminuição das contribuições deste para o fundo supranacional. Assim um país que seja recetor líquido de transferências durante um período, teria que aumentar as suas contribuições para o fundo; assumindo-se como um segundo mecanismo de segurança automático (Beblavý & Lenaerts, 2017).

Beblavý & Lenaerts (2017) estudam dezoito possíveis variantes de seguro de desemprego a nível europeu, com diferentes: *designs*, desafios legais e operacionais e efeitos económicos, variando: as taxas de substituição, os limites, duração do subsídio e as condições de elegibilidade e apresentam o impacto de cada variante para cada país, a UEM e a UE.

Segundo Esser *et al.* (2013), as condições essenciais para determinar um subsídio de desemprego são: as condições de elegibilidade - que dependem da natureza do desemprego, do tipo de emprego e do período de referência e têm um grande impacto no efeito de estabilização do mecanismo Beblavý & Lenaerts (2017), estas qualificam quem pode ser beneficiado e a cobertura do programa; os níveis de direito - quanto é pago a um desempregado, e por quanto tempo; e administração - quem suporta os custos, quais as proporções e as linhas ocupacionais.

A taxa de cobertura média, isto é, a percentagem de desempregados abrangida pelo subsídio de desemprego, apresenta grande dispersão entre Estados-Membros, conforme a abrangência dos regimes de subsídio de desemprego (e.g. a inclusão de trabalhadores por conta própria, critérios do regime) (Esser *et al.*, 2013) [Anexo 1- *Figura 9*]. Segundo Beblavý & Lenaerts (2017), se um EUBS incluísse os trabalhadores por conta própria, teria uma maior capacidade de estabilização, porém aumentariam os custos suportados pelos Estados-Membros.

Andor (2016) sugere que o subsídio de desemprego europeu tenha um carácter parcial (não substituindo por completo os subsídios nacionais), e seja de aplicação contínua durante as crises. Enuncia duas formas possíveis de funcionamento: um mecanismo de fundo comum - que coletaria e transferiria fundos entre os Estados-Membros (semelhante a um seguro entre os Estados-Membros) e poderia basear-se num parâmetro como o PIB; ou um mecanismo direto - que seria agregado através de contribuições para segurança social e pago diretamente aos desempregados.

Beblavý & Lenaerts (2017) distinguem duas possíveis variantes de um subsídio de desemprego europeu: equivalente e genuíno. O subsídio de desemprego europeu genuíno teria carácter contínuo, as contribuições seriam igualmente coletadas a empregados e empregadores e os seus benefícios seriam transferidos diretamente para os desempregados em condições de elegibilidade, determinadas pelo: último salário bruto do indivíduo, um teto

máximo do subsídio e taxa de substituição<sup>12</sup>. Quanto ao subsídio de desemprego equivalente, os Estados-Membros pagariam contribuições para um fundo supranacional e receberiam as transferências necessárias para apoiar os desempregados elegíveis se a taxa de desemprego de curto prazo fosse suficientemente alta; seria um resseguro dos subsídios de desemprego nacionais.

A estabilização do EUBS seria superior no início das crises quando o desemprego de curta duração fosse mais elevado, com o prolongamento das recessões a duração média do desemprego aumenta e diminuem os EUBS atribuídos. O EUBS equivalente teria uma maior capacidade de estabilização e recebimentos mais elevados porque só seria aplicado durante as crises económicas; além disso, seria mais aceitável politicamente, mas só abrangeria grandes choques (Beblavý & Lenaerts, 2017). Já o EUBS genuíno teria aplicação contínua e recebimentos mais suaves, deste modo seria um pilar da solidariedade europeia e seria mais perceptível para os cidadãos, adicionalmente, removeria grande parte da carga dos subsídios de desemprego dos orçamentos nacionais; mas exigiria uma maior harmonização dos sistemas nacionais, elemento crucial para a capacidade de estabilização do mecanismo (Beblavý & Lenaerts, 2017).

Segundo Beblavý & Lenaerts (2017), uma das preocupações da existência de um EUBS é a harmonização dos mercados de trabalho nacionais, que originaria desafios legais, operacionais e políticos, mais pronunciados nos Estados-Membros com NUBS mais liberais ou com esquemas muito diferentes (*design*, âmbito); adicionalmente, implicaria a perda de flexibilidade política, poderes nacionais e soberania e restringiria a gestão do subsídio de desemprego às normas europeias, o que poderia interferir com as políticas e preferências dos governos nacionais. Por exemplo, num país em crise económica com uma situação fiscal difícil, o governo tem incentivos para reduzir a providência de subsídios de desemprego, para diminuir os custos; todavia, esta situação não será possível se existir um EUBS (Beblavý & Lenaerts, 2017). Finalmente, os requisitos mínimos contribuiriam para mitigar o risco moral e impulsionar a função de estabilização dos regimes nacionais (Beblavý & Lenaerts, 2017).

Quanto ao financiamento do EUBS genuíno, Beblavý & Lenaerts (2017) sugerem que seja feito por contribuições igualitárias de empregadores e empregados de 0,35% a 1,36%

---

<sup>12</sup> Uma taxa de substituição de 50% será suficiente para evitar armadilhas de desemprego e proporcionar meios suficientes para a estabilização macroeconómica (Beblavý & Lenaerts, 2017) e (Dullien, 2007).

dos salários brutos mensais, por forma a equilibrar o fundo no médio/longo prazo; quanto ao EUBS equivalente, as contribuições seriam trimestralmente pagas pelos Estados-Membro com 0,1% do PIB até o fundo atingir 0,5% do PIB da UE, momento em que deixariam de contribuir para o fundo e reiniciariam as contribuições quando o saldo do fundo fosse inferior a 0,5% do PIB da UE, por forma a diminuir a probabilidade de contribuições adicionais nas crises. Segundo Allard *et al.* (2013), o subsídio de desemprego europeu poderia ser financiado pelos sistemas de tributação ou de segurança social para que os pagamentos/recebimentos líquidos dos governos fossem contrários aos ciclos económicos.

Dullien & Fichtner (2013) formulam que os países em recessão que aumentem suficientemente o desemprego e, conseqüentemente, diminuam as contribuições para o fundo de subsídio de desemprego europeu, recebam pagamentos líquidos do fundo, enquanto os países em crescimento económico contribuem liquidamente para o fundo. Enderlein *et al.* (2013) idealiza um fundo europeu baseado no hiato do PIB dos Estados-Membros, desta forma, os países contribuiriam para o fundo quando a sua posição no ciclo económico fosse melhor do que a média da área do euro e receberiam se estivessem em posição pior, no entanto não é uma medida adequada, uma vez que o hiato do PIB não é observado e é frequentemente revisto (Dullien & Fichtner, 2013).

Adicionalmente, os sistemas de subsídio de desemprego interagem com outras dimensões da política social: pensões, licenças, condições de contratação e demissão; que seria provável sofrerem alterações de legislação (Beblavý, Marconi, *et al.*, 2015).

Quanto à responsabilidade política, a governação do EUBS deveria ser de um ministro europeu das finanças que prestaria contas ao Parlamento Europeu (Beblavý & Lenaerts, 2017).

#### **2.4.2. Funções do subsídio de desemprego europeu**

A implementação do EUBS permitiria uma estabilização macroeconómica superior à dos subsídios de desemprego nacionais, uma vez que tem uma cobertura mais ampla e é mais generoso, tendo, por isso, uma maior suavização a nível espacial, intertemporal e cíclico. Deste modo, o subsídio de desemprego europeu teria três funções: seguro geográfico, estabilização intertemporal e a existência de padrões mínimos comuns fortes (Beblavý & Lenaerts, 2017).

**Função de seguro geográfico** - realocação de recursos entre os Estados-Membros num determinado período, faria a diferença relativamente aos mecanismos nacionais.

Segundo Alcidi & Thirion (2016), permitiria a partilha de risco entre países, já que os recursos armazenados seriam distribuídos pelos que têm maior necessidade; esta função seria suficiente para cobrir choques assimétricos de pequena/média dimensão, mas insuficiente em choques assimétricos de grandes dimensões ou choques simétricos (Beblavý & Lenaerts, 2017).

**Função de seguro intertemporal** - realocação dos recursos ao longo do tempo, de forma a estabilizar o consumo, esta poderia ser alcançada através de défice ou emissão de dívida durante as recessões, compensados em época de crescimento económico (Alcidi & Thirion, 2016); é a função mais poderosa e controversa para lidar com choques simétricos grandes ou prolongados, já que permitiria corrigir desequilíbrios de curto prazo do fundo, mas poderia aumentar a emissão de dívida pública (Beblavý & Lenaerts, 2017).

**Função de padrões mínimos comuns fortes** - que reforçaria a capacidade anticíclica dos subsídios de desemprego nacionais e aumentaria a cobertura, a capacidade de estabilização dos subsídios de desemprego nacionais e a convergência entre Estados-Membros, que, atualmente, apresenta grande variabilidade de capacidade anticíclica (inferior nas economias mais voláteis, com crescimento inferior ou com dívida elevada) (Beblavý & Lenaerts, 2017).

#### **2.4.3. Valor acrescentado do subsídio de desemprego europeu**

Em comparação com outras formas de transferência fiscal, o subsídio de desemprego europeu apresenta algumas vantagens.

Segundo Beblavý & Lenaerts (2017), o subsídio de desemprego europeu, ao mesmo tempo que contribuiria para a estabilização macroeconómica automática, estimularia a convergência e desenvolveria a dimensão social da Europa, já que, para além de sustentar o consumo dos desempregados, o subsídio de desemprego tem um efeito multiplicador superior (apesar de ter variações substanciais na literatura de diferentes autores (Beblavý, Gros, *et al.*, 2015)). Por outro lado, o EUBS permitiria ultrapassar as limitações das regras de segurança social através da harmonização dos sistemas de segurança nacionais, o que tornaria o mercado de trabalho mais integrado e aumentaria a mobilidade laboral e os esforços para resolver o desemprego.

Simultaneamente, ajudaria a conter a procura doméstica e a sustentar o crescimento da UEM, através da partilha de risco do desemprego de curta duração (Andor, 2016) que está diretamente ligado a choques; em oposição ao desemprego de longa duração que está

fortemente ligado ao mercado de trabalho e à rigidez estrutural (Allard *et al.*, 2013); evitaria que os países negligenciassem a natureza estrutural do mercado de trabalho e o desemprego e ainda, diminuiria a possibilidade de existência de risco moral e o risco de transferências líquidas permanentes, isto é, que alguns países se tornassem destinatários ou contribuintes líquidos (Dullien & Fichtner, 2013). Se o subsídio de desemprego europeu fosse de longa duração, originaria transferências permanentes de regiões de baixo nível de desemprego para regiões de alto desemprego (seria equivalente a uma redistribuição, em vez de partilha de risco) e desincentivaria as reformas nos mercados de trabalho dos países beneficiários (Allard *et al.*, 2013).

Este sistema permitiria que as finanças públicas alocassem os seus recursos a outras questões, deixando os estabilizadores automáticos funcionar. Além disso, a burocracia seria mantida no mínimo se este fosse processado pelos sistemas de segurança social nacionais (Dullien & Fichtner, 2013). Adicionalmente, não acarretaria custos suplementares para trabalhadores e empresas, já que as contribuições para o fundo substituiriam parte das contribuições para a segurança social e os desempregados continuariam a ter incentivos para procurar emprego, como se de um subsídio a nível nacional se tratasse (Dullien & Fichtner, 2013).

Sendo este mecanismo um sistema definido com parâmetros *ex-ante*, as transferências do subsídio de desemprego serão automáticas (Allard *et al.*, 2013) e ainda, seria menos provável a sua distorção por processos de decisão política (Dullien & Fichtner, 2013).

No entanto, este sistema também tem algumas desvantagens.

O desemprego de curta duração, apesar de fortemente ligado ao ciclo económico, reage com atraso aos choques de atividade, por conseguinte, as transferências do subsídio podem não ser suficientemente oportunas para obter a estabilização necessária (Allard *et al.*, 2013). Por outro lado, a restrição deste ao curto prazo, embora permitisse mitigar os choques adversos no emprego, diminuiria a sua suavização (Allard *et al.*, 2013).

Para Dullien & Fichtner (2013), o sistema europeu de subsídio de desemprego não será adequado para eliminar ou reduzir as discrepâncias estruturais entre Estados-Membros. Assim, a Zona Euro deve procurar outros mecanismos para reduzir as discrepâncias dos países, por exemplo ao nível da competitividade, das estruturas governativas ou da estrutura do mercado de trabalho.

Beblavý & Maselli (2014) referem que este subsídio teria um efeito multiplicador de 1,5 - através da relação entre os pagamentos feitos pelos países ao fundo e o seu efeito no

PIB. Também Dolls *et al.* (2014) afirma que se este mecanismo existisse teria benefícios de estabilização de 23% a 31% do PIB para Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha, durante os primeiros anos da crise. Andrea Brandolini (2014) estimou um efeito de estabilização de 0,03% do PIB entre os anos de 2002 e 2012 - calculado como a redução no coeficiente de variação do PIB. Também Dullien & Fichtner (2013) expõem significativos efeitos de estabilização do subsídio de desemprego europeu, que teria um custo anual de 0,3% e 0,6% do PIB e um efeito de estabilização de 11% na Zona Euro - calculado através do desvio entre o PIB e o PIB potencial, a título de exemplo, estes autores afirmam que se o sistema de desemprego europeu tivesse sido implementado em 1999 no Tratado de Maastricht, a Alemanha teria sido beneficiada aquando da implementação do euro, altura em que sofreu uma recessão; a Espanha teria sido protegida, já que o poder de compra das famílias teria sido reduzido na altura de crescimento económico, o que diminuiria em 25% a bolha imobiliária e financeira; a recessão na Irlanda e Grécia poderia ter sido desacelerada em 10%, neste estudo o subsídio de desemprego europeu iria mobilizar 0,75% do PIB da Zona Euro, o equivalente a 1,7 dos salários brutos e os seus efeitos seriam compensados entre 1999 e 2011 (Dullien & Fichtner, 2013).

## 2.5. Formulação das Hipóteses

Este assunto é, particularmente, relevante para os formuladores políticos, uma vez que o nível de informação pode ser influenciado pela ação política, ao invés da ideologia ou interesse próprio, sendo, geralmente, considerado determinante nas decisões dos eleitores (Gouveia, 2017). Também Rodrik (1996) nos informa que a probabilidade de implementar com sucesso um programa político é maior se este corresponder às preferências dos eleitores. E, segundo Burstein (2003), a opinião pública afeta as políticas e, por seu turno, a relevância dos assuntos aumenta o seu impacto.

A questão do desemprego e da reforma da UEM é também um assunto no topo das preocupações dos cidadãos europeus, segundo os inquéritos Eurobarómetro realizados em 2017 pela Comissão Europeia. Em 2017, o desemprego e as desigualdades sociais são apontadas pelos Europeus como os principais desafios da EU<sup>13</sup>, destacando a necessidade

---

<sup>13</sup> O Eurobarómetro 467 «Futuro da Europa» foi realizado através de entrevistas telefónicas entre setembro e outubro de 2017 a 27 881 pessoas.



de harmonizar os padrões de vida e os sistemas de segurança social; de centralizar as políticas de segurança social principais; e de garantir que a economia de mercado livre é acompanhada por um elevado nível de proteção social (European Commission, 2017b). Em geral, os cidadãos Europeus defendem uma maior coordenação de políticas económicas e manifestam apoio pela implementação de reformas económicas de crescimento e emprego<sup>14</sup>: 90% dos inquiridos no Eurobarómetro considera que o mercado de trabalho deveria ser reformulado (European Commission, 2017a). No entanto, apesar de haver consenso sobre a necessidade de reforma, não há acordo quanto ao exato caminho a seguir, com diferentes pessoas a apoiarem diferentes soluções (De Vries & Hoffmann, 2016).

A fim de avaliar o impacto da informação no apoio à proposta de um sistema de subsídio de desemprego europeu, realizámos um ensaio aleatório controlado, à semelhança de outros autores como Dolls & Wehrhoefer (2018), Gouveia (2017) e Boeri & Tabellini (2012).

Gouveia (2017) elaborou dois ensaios aleatórios controlados com o objetivo de compreender o papel da informação no apoio do sistema de pensões, com amostras não representativas da população portuguesa: o primeiro painel composto por eleitores portugueses e o segundo painel composto por estudantes universitários portugueses. Em ambos os casos foi apresentada informação factual aleatória sobre o sistema de pensões e concluiu-se que uma maior alfabetização no sistema de pensões está ligada a um maior apoio de reformas no sistema de pensões; adicionalmente, refere que a ação efetiva dos políticos está dependente da opinião pública e que, por sua vez, a alfabetização dos cidadãos pode ser influenciada pela ação política. Desta forma, percebe-se a importância que este tipo de análise tem para os formuladores políticos que têm o desafio de reformar os sistemas existentes.

Surge, assim, a hipótese H1 para testar se o perfil dos inquiridos (e.g., idade, sexo, escolaridade, nível de rendimentos, desemprego do agregado familiar) é preponderante no seu apoio a um potencial subsídio de desemprego europeu.

**H1:** O perfil dos inquiridos influencia o apoio dos inquiridos à existência de um subsídio de desemprego europeu.

---

<sup>14</sup> O Eurobarómetro 458 «*The Euro Area*» foi realizado em outubro de 2017, por telefone, a 17 574 pessoas da Zona Euro.

Boeri & Tabellini (2012) fizeram um estudo de controlo aleatório, por forma a estudar o sistema de pensões italiano, através de uma amostra representativa de italianos; neste estudo metade da amostra foi exposta a texto informativo factual sobre o sistema de pensões, para compreender o papel da informação na opinião dos eleitores. Concluíram que uma das principais dificuldades enfrentadas ao perguntar às pessoas a sua opinião, é que as respostas são propensas a opinião formada pelo enquadramento dos inquiridos e que, além disso, os indivíduos mais interessados no funcionamento do sistema de pensões estavam mais predispostos a aceitar reformas no sistema de pensões.

Surge, então, a segunda hipótese em estudo, H2, em que se testa se os ideais dos inquiridos são preponderantes no apoio de um subsídio de desemprego a nível europeu.

**H2:** Os ideais políticos dos indivíduos influenciam o seu apoio à proposta de existência de um subsídio de desemprego europeu.

E a terceira hipótese, H3, que visa testar se a condição laboral dos indivíduos influencia o seu apoio à proposta de um subsídio de desemprego a nível europeu.

**H3:** A condição laboral dos inquiridos é preponderante no seu apoio a um possível subsídio de desemprego a nível europeu.

Por fim, esta tese tem por referência o estudo feito por Dolls & Wehrhoefer (2018) em que foi analisado o apoio e a elasticidade que os eleitores alemães tinham a algumas das propostas de controlo centralizado da política fiscal e económica, sugeridas para melhorar a UEM; através de um questionário aleatório forneceu informação sobre as propostas: subsídio de desemprego europeu e mecanismo de insolvência soberana. A amostra foi conseguida através de um painel de *internet* alemão GIP (entre 2012 e 2017), levantado longitudinalmente<sup>15</sup> a cerca de 3.000 famílias e conduzido pelo *Collaborative Research Center* «Economia Política de Reformas» (SFB 884) em U Mannheim; foram pagos incentivos monetários, o que produziu uma elevada taxa de retenção. Os inquiridos foram divididos em três subgrupos e cada um dos grupos foi confrontado com informação sobre a proposta em causa. Quanto aos resultados obtidos: no que toca à implementação de um mecanismo de insolvência soberana - dos indivíduos inseridos no grupo de controlo, 48% estava a favor e 20% contra; quanto aos indivíduos confrontados com informações acrescidas de «profecia

---

<sup>15</sup> Os estudos longitudinais utilizam a mesma amostra em todas as «ondas» de recolha de dados.

auto realizável»<sup>16</sup> / «risco crescente», estes apresentaram-se mais relutantes a esta proposta. No que toca à implementação de um subsídio de desemprego europeu: dos indivíduos inseridos no grupo de controlo, 18% estava a favor e 57% discordava; por outro lado, os inquiridos com informações acrescidas «risco moral» / «transferências permanentes», apresentaram maior negatividade à proposta do que os indivíduos inseridos no grupo de controlo.

Surgem, assim, as hipóteses H4 e H5. À semelhança de Dolls & Wehrhoefer (2018), esperamos que informação acrescida sobre o subsídio de desemprego europeu produza diferença nas opiniões acerca do mesmo, sendo o estudo feito em Portugal usaram-se informações, potencialmente, mais relevantes para os portugueses.

**H4:** O aumento do nível de informação sobre a existência de transferências para outros países no mecanismo de subsídio de desemprego europeu diminui o apoio dos inquiridos a esta proposta.

**H5:** O aumento da informação da necessidade de harmonização do mercado de trabalho para implementar um subsídio de desemprego a nível europeu aumenta o apoio dos inquiridos a esta proposta.

---

<sup>16</sup> «Profecia auto realizável» é uma conceção inicial falsa de uma situação, que suscita um novo comportamento fazendo com que a conceção originalmente falsa se torne verdadeira.

## Capítulo 3: Metodologia, Dados, Modelos

### 3.1. Metodologia de análise

A fim de avaliar o impacto da informação no apoio à proposta de um sistema de subsídio de desemprego europeu, realizámos um ensaio aleatório controlado, em linha com o estudo realizado por Dolls & Wehrhoefer (2018) para o caso alemão. Uma vez que o nosso foco é o caso português, o tratamento (i.e., a argumentação disponibilizada aos grupos de tratamento) tem em conta as preocupações específicas que os portugueses poderão ter com a implementação de um subsídio de desemprego a nível europeu. Além do tratamento, o inquérito incluiu dois blocos de perguntas comuns a todos os inquiridos. O primeiro bloco consistia em questões relacionadas com as preferências dos inquiridos, sobre o subsídio de desemprego europeu e sobre a UE; no segundo bloco foram analisadas as questões comportamentais e demográficas. Todos os inquiridos foram também confrontados com informação factual sobre a proposta de subsídio de desemprego europeu. No Apêndice A é possível observar a cópia do questionário feito aos inquiridos.

Seguindo a metodologia usada por Dolls & Wehrhoefer (2018), os inquiridos foram aleatoriamente divididos, *ex-ante* e com igual probabilidade, pelos grupos de controlo e de tratamento, tendo cada grupo sido confrontado com um dos três argumentos de oposição ao subsídio de desemprego europeu: «transferências para outros países»; «harmonização do mercado de trabalho» e o grupo de controlo «várias desvantagens», exibidos antes do início do questionário [Anexo 2].

No grupo de controlo o inquirido apenas foi informado de que a introdução deste sistema de subsídio teria desvantagens, que não foram especificadas; no grupo «transferências para outros países» os inquiridos foram confrontados com o facto de que, com a existência de um subsídio de desemprego a nível europeu, Portugal poderia potencialmente transferir fundos para países como a França ou a Alemanha (países mais ricos do que Portugal) para pagamento de subsídios de desemprego, sempre que a taxa de desemprego nestes países fosse suficientemente maior do que a portuguesa. E no grupo de tratamento «harmonização do mercado de trabalho» foi fornecida aos inquiridos a informação de que a implementação de um subsídio de desemprego europeu iria implicar a harmonização do mercado de trabalho nos diferentes países da UEM, podendo esta harmonização incluir alterações no nível de horas de trabalho, de rendimento, na forma de remuneração, nas condições de contratação

e de despedimento; e poderia, ainda, gerar mudanças estruturais ao nível cultural e social nos diferentes Estados-Membros.

Desta forma, pretende-se avaliar se a exposição a estes diferentes textos tem impacto na resposta dos inquiridos, isto é, se o inquirido se torna mais ou menos disponível a apoiar a existência de um subsídio de desemprego europeu em comparação com o grupo de controlo. Além dos efeitos do tratamento, o questionário permite ainda ver se outros fatores – tais como a educação, a situação profissional, as preferências políticas, etc. - são preponderantes na opinião expressa pelos inquiridos quanto à proposta de subsídio de desemprego comum.

### **3.2. Recolha de dados**

A amostra foi obtida através de um inquérito *online*, criado através da plataforma *Google Docs* edisseminado por *e-mail* e redes sociais (*facebook*, *linkedin*). Foi também feita divulgação presencial, sendo disponibilizada a ligação para preenchimento *online*. Foram recolhidas 2023 respostas entre os dias 9 de novembro e 25 de dezembro de 2017.

A amostra recolhida não é representativa da população portuguesa<sup>17</sup>. Os dados recolhidos têm uma sobrerrepresentação de estudantes universitários e de pessoas do sexo feminino. A falta de representatividade impede que o estudo seja extrapolado para a população portuguesa e, por isso, a validade externa do estudo está comprometida. De qualquer forma, os resultados permitem uma avaliação qualitativa para este subgrupo da população. Além disso, em linha com o discutido em Campbell & Stanley (2015), a validade interna do estudo está garantida, na medida em que os grupos de tratamento e de controlo foram devidamente randomizados, de modo a isolar o impacto dos diferentes estímulos (i.e., os diferentes tratamentos) dados aos inquiridos. Assim, todos os resultados relativos aos tratamentos efetuados são válidos.

---

<sup>17</sup> Uma amostra representativa teria que ser recolhida por uma empresa de estudos de mercado e implicaria custos muito elevados, que não poderiam ser suportados no âmbito da presente tese de mestrado.

### 3.3. Características da amostra obtida

#### 3.3.1. Características gerais

Dos 2023 questionários recolhidos, foram eliminados 86 inquéritos que continham incongruências ou respostas inválidas<sup>18</sup>, restando assim 1937 questionários.

Quanto às variáveis demográficas e socioeconómicas (ver o Apêndice B para uma descrição das diferentes variáveis), 1229 inquiridos (64%) eram do sexo feminino e 704 (36%) do sexo masculino. Os inquiridos tinham idades compreendidas entre os 16 e os 83 anos, sendo que 52% tinha entre 18 e 24 anos. Obtiveram-se mais respostas nas regiões do Porto, Vila Real e Braga, perfazendo estas regiões 69% da amostra. Das 1937 respostas consideradas válidas, 967 eram de estudantes (50%), 588 de pessoas empregadas (31%), 229 de trabalhadores estudantes (12%), 99 de pessoas desempregadas (5%) e 44 de reformados (2%). Dos inquiridos que estavam empregados, a maioria tinha atividade no setor dos serviços e possuía licenciatura ou mestrado; tendo como formação predominante as áreas de economia, gestão, contabilidade, direito, ciências sociais e ciências. 62% dos inquiridos tinham um rendimento mensal inferior a 1500€ *per capita*. No que toca ao agregado familiar, a maioria das famílias tinha três ou quatro elementos, não tinha situações familiares de desempregados nos 12 meses anteriores ao inquérito e atribuía uma probabilidade muito baixa de ter alguém desempregado nos 12 meses seguintes.

Relativamente ao posicionamento dos indivíduos em relação à UE, a maioria demonstrou-se a favor e classificou os seus conhecimentos em relação à mesma como elevados. Quanto à possibilidade de o subsídio de desemprego europeu ser implementado nos próximos 10 anos, 832 inquiridos não tinham opinião (43%), 664 achou que não iria ser implementado (34%) e 441 achava que esta proposta iria ser implementada (23%). No que toca às preferências individuais dos inquiridos, 1486 não conheciam a proposta da criação de um subsídio de desemprego a nível europeu (77%) e 451 já tinham ouvido falar (23%). 1352 consideraram a proposta de existência de um subsídio de desemprego europeu boa ou muito boa (70%), 317 pessoas consideraram a proposta má ou muito má (16%) e 268 mostraram-se indiferentes (14%) [*Tabela 2* – última coluna].

---

<sup>18</sup> Alguns dos inquéritos continham incongruências, como o número de desempregados do agregado familiar ser superior ao número de pessoas do agregado familiar; classe etária e situação laboral, entre outras.

Verificou-se, também, que os indivíduos que tinham mais ideais de esquerda tinham maior propensão para apoiar a existência de um subsídio de desemprego a nível europeu, e que a maior parte dos inquiridos tinha ideais de esquerda [Tabela 1].

**Tabela 1: Posição política e apoio da proposta**

A variável *posição política* é composta por uma escala de [-7,7], -7 se o inquirido tiver ideais de esquerda, 7 se tiver ideais de direita.

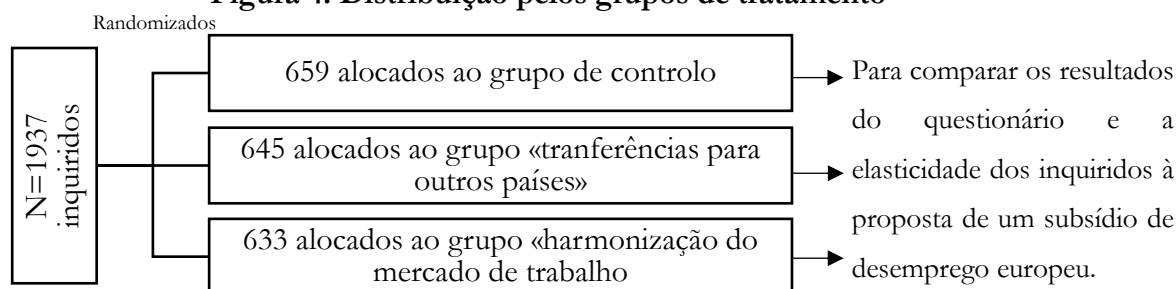
Posição Política	Contra a proposta		A favor da proposta		Indiferente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
-7	57	18%	242	18%	26	10%	325	17%
-6	29	9%	137	10%	31	12%	197	10%
-5	68	21%	441	33%	92	34%	601	31%
-4	32	10%	146	11%	31	12%	209	11%
-3	46	15%	182	13%	32	12%	260	13%
-2	18	6%	47	3%	16	6%	81	4%
-1	23	7%	97	7%	23	9%	143	7%
0	4	1%	21	2%	3	1%	28	1%
1	23	7%	34	3%	9	3%	66	3%
2	2	1%	2	0%	2	1%	6	0%
3	12	4%	2	0%	3	1%	17	1%
4	2	1%	0	0%	0	0%	2	0%
5	1	0%	1	1%	0	0%	2	0%
<b>Total</b>	<b>317</b>	<b>100%</b>	<b>1352</b>	<b>100%</b>	<b>268</b>	<b>100%</b>	<b>1937</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

### 3.3.2. Comparação dos grupos de controlo e de tratamento

Dentro dos questionários considerados válidos para análise, o grupo de controlo fez 659 respostas (34%), o grupo «transferências para outros países» 645 (32%) e o grupo «harmonização do mercado de trabalho» 633 (33%) [Figura 4].

**Figura 4: Distribuição pelos grupos de tratamento**



Fonte: elaboração própria

As características dos indivíduos são homogêneas entre os três grupos, não havendo diferenças estatisticamente significativas para a grande maioria das variáveis (ver Apêndice

C). Para obter uma prova formal da validade interna do estudo foi realizado um teste de *Kruskal-Wallis H* de teste de igualdade das médias. Este teste não paramétrico é baseado num *ranking* que pode ser usado para determinar se existem diferenças estatisticamente significativas entre dois, ou mais, grupos independentes, assegurando os pressupostos de que a variável é ordinal e categórica, que as observações são independentes e que têm a mesma variabilidade. Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas de médias nos grupos de tratamento face ao grupo de controlo apenas em duas variáveis independentes, que podem ser observadas no Apêndice C. Na Tabela 2 é possível verificar que o apoio pela reforma é superior no grupo de tratamento «harmonização do mercado de trabalho», mas menor no grupo «transferências para outros países» (resultado simétrico para o caso dos inquiridos que são contra). Isto parece indicar que os inquiridos valorizam a harmonização no mercado de trabalho, sendo, assim, mais propensos a apoiar o mecanismo de subsídio de desemprego europeu quando lhes foi evidenciada essa consequência. Parece também indicar que a possibilidade de Portugal ter que pagar subsídios de desemprego a outros países, em particular países mais ricos, é visto como um fator negativo, reduzindo por isso o apoio. Estes resultados serão verificados mais à frente, recorrendo a um modelo *probit*.

**Tabela 2: Apoio à proposta de existência de um subsídio de desemprego europeu**

Apoio proposta	Grupo de Controlo		Grupo «transferências para outros países»		Grupo «harmonização do mercado de trabalho»		Total
	N	%	N	%	N	%	
<b>A favor, fortemente a favor</b>	457	69%	431	67%	464	73%	1352
<b>Contra, fortemente contra</b>	107	16%	122	19%	88	14%	317
<b>Indiferente</b>	95	14%	92	14%	81	13%	268
<b>Total</b>	659	1	645	1	633	1	1937

Fonte: elaboração própria

### 3.4. Modelos

Desde o início da realização deste estudo temos percebido a importância da existência de um subsídio de desemprego a nível europeu e de algumas possíveis formas de funcionamento do mesmo. Agora iremos perceber quais os fatores que determinam o apoio a este mecanismo por parte dos cidadãos portugueses que responderam ao inquérito. Além disso, iremos avaliar a elasticidade desse mesmo apoio a diferentes argumentações (i.e., o efeito dos diferentes tratamentos face ao grupo de controlo).



Para alcançar o objetivo a que nos propomos, foi utilizado um modelo *probit*, uma vez que a nossa variável dependente é uma *dummy*: *apoio proposta*, que toma o valor 1 se os indivíduos apoiam a existência de um subsídio de desemprego europeu. Assim, o modelo avalia como é que a probabilidade de apoiar a reforma é afetada pelas diferentes variáveis explicativas. Essas variáveis independentes incluem (i) variáveis demográficas, em particular as variáveis *dummy*: *sexo*, *pobre*, *distrito*, *emprego*; variáveis ordinais: *idade*, *agregado*, *escolaridade*, *percentagemdesemprego*, *avaliacaodesemprego*; e (ii) variáveis comportamentais, sendo estas variáveis *dummy*: *conhecimento da proposta*; e variáveis ordinais: *posicaopolítica*, *vaiacontecer10*, *conhecimentoue* e *avaliacaoue*. As variáveis acima mencionadas (e detalhadas no Apêndice B) foram combinadas em diferentes modelos empíricos, de acordo com as hipóteses em estudo.

A fim de não enviesar os resultados do modelo e de modo a aumentar a sua robustez foram, ainda, excluídas as respostas dos inquiridos que se demonstraram indiferentes à existência de um subsídio de desemprego europeu.

O primeiro modelo em estudo tem como objetivo testar a hipótese H1 e é definido abaixo (Modelo 3.1).

$$3.1 \quad \text{apoio proposta} = \delta + \beta_1 \text{escolaridade} + \beta_2 \text{idade} + \beta_3 \text{sexo} + \beta_4 \text{percentagemdesemprego} + \beta_5 \text{pobre} + \varepsilon$$

Onde  $\delta$  representa o termo constante e o regressor de termo de erro é representado por épsilon ( $\varepsilon$ ).

O seguinte modelo permite-nos testar a hipóteses H2 (Modelo 3.2).

$$3.2 \quad \text{apoio proposta} = \delta + \beta_1 \text{escolaridade} + \beta_2 \text{idade} + \beta_3 \text{sexo} + \beta_4 \text{percentagemdesemprego} + \beta_5 \text{pobre} + \beta_6 \text{posicaopolítica} + \beta_7 \text{i.vaiacontecer10} + \beta_8 \text{avaliacaoue} + \beta_9 \text{conhecimentoue} + \varepsilon$$

Quanto à hipótese H3 esta será testada recorrendo ao modelo abaixo indicado (Modelo 3.3).

$$3.3 \quad \text{apoio proposta} = \delta + \beta_1 \text{escolaridade} + \beta_2 \text{idade} + \beta_3 \text{sexo} + \beta_4 \text{percentagemdesemprego} + \beta_5 \text{pobre} + \beta_6 \text{posicaopolítica} + \beta_7 \text{i.vaiacontecer10} + \beta_8 \text{avaliacaoue} + \beta_9 \text{conhecimentoue} + \beta_{10} \text{emprego2} + \beta_{11} \text{emprego3} + \beta_{12} \text{emprego4} + \beta_{13} \text{emprego5} + \varepsilon$$

As hipóteses H4 e H5 foram testadas pelo modelo 3.4.

$$3.4 \quad \text{apoio proposta} = \delta + \beta_1 \text{escolaridade} + \beta_2 \text{idade} + \beta_3 \text{sexo} + \beta_4 \text{percentagemdesemprego} + \beta_5 \text{pobre} + \beta_6 \text{posicaopolítica} +$$

$$\beta_7 i.vaiacontecer10 + \beta_8 avaliacaoue + \beta_9 conhecimentoue + \\ \beta_{10} emprego2 + \beta_{11} emprego3 + \beta_{12} emprego4 + \beta_{13} emprego5 + \\ \beta_{14} i.tratamento + \varepsilon$$

Criou-se, então, um modelo mais completo com as variáveis que consideramos mais relevantes (modelo 3.5).

$$3.5 \quad apoioproposta = \delta + \beta_1 escolaridade + \beta_2 idade + \\ \beta_3 sexo + \beta_4 percentagemdesprego + \beta_5 pobre + \beta_6 posicaopolítica + \\ \beta_7 i.vaiacontecer10 + \beta_8 avaliacaoue + \beta_9 conhecimentoue + \\ \beta_{10} emprego2 + \beta_{11} emprego3posicaoue + \beta_{12} emprego4 + \\ \beta_{13} emprego5 + \beta_{14} i.tratamentom + \\ \beta_{15} conhecimentoproposta + \beta_{16} avaliacaodesemprego + \\ + \sum_{i=1}^{20} \beta_{16+i} distrito1 + \varepsilon$$

Dado que a variável *posicaopolítica* tem um impacto muito significativo na reação dos inquiridos à proposta em causa, foi desenvolvido um outro modelo em que foi introduzida uma nova variável, sendo esta de interação *tratamento*  $\times$  *posicaopolítica* (Modelo 3.6).

$$3.6 \quad apoioproposta = \delta + \beta_1 escolaridade + \beta_2 idade + \\ \beta_3 sexo + \beta_4 percentagemdesprego + \beta_5 pobre + \beta_6 posicaopolítica + \\ \beta_7 i.vaiacontecer10 + \beta_8 avaliacaoue + \beta_9 conhecimentoue + \\ \beta_{10} emprego2 + \beta_{11} emprego3 + \beta_{12} emprego4 + \beta_{13} emprego5 + \\ \beta_{14} i.tratamento + \\ \beta_{15} conhecimentoproposta + \beta_{16} avaliacaodesemprego + \\ \beta_{17} i.tratamentoxposicaopolítica + \sum_{i=1}^{20} \beta_{17+i} distrito1 + \varepsilon$$

Este último modelo permite-nos avaliar se a reação ao tratamento é mediada pela posição política do inquirido, um resultado obtido em Gouveia (2017).

## Capítulo 4: Resultados Esperados

Quanto aos resultados esperados, prevê-se que os inquiridos com ideais políticos de esquerda, tenham maior apoio pela existência de um subsídio de desemprego europeu à semelhança dos resultados de Dolls & Wehrhoefer (2018) e Gouveia (2017); prevê-se, também, que as pessoas com maior conhecimento da UE, e que já conheçam a proposta em causa, demonstrem maior apoio, conforme Gouveia (2017); espera-se, ainda, que as pessoas que acreditam que o subsídio de desemprego europeu vai ser implementado nos próximos 10 anos tenham maior predisposição para apoiar a sua implementação, à semelhança de Gouveia (2017). E, também, é expectável que as pessoas que se demonstraram a favor da UE apoiem a implementação deste mecanismo, que será um passo para aprofundar a união orçamental, tornando a UE mais integrada.

Espera-se, também, que os inquiridos que estejam mais próximos da situação de desemprego tenham maior apoio por esta medida. Além disso, espera-se que as opiniões mais negativas a este mecanismo sejam provenientes de pessoas mais escolarizadas, que têm, em média, rendimentos *per capita* superiores.

Por fim, é de esperar que as pessoas confrontadas com a informação de oposição «transferências para outros países» reajam mais negativamente à proposta, enquanto as pessoas confrontadas com o contra-argumento de «harmonização do mercado de trabalho» tenham mais propensão para apoiar a existência de um subsídio de desemprego europeu (Dolls & Wehrhoefer, 2018).

**Tabela 3: Sinais esperados das variáveis dependentes**

Variáveis dependentes	Positivo (+)	Negativo (-)
	avaliacaodesemprego avaliacaoue conhecimentoproposta conhecimentoue emprego1 (desempregado) emprego3 (estudante) emprego4 (reformado) idade percentagemdesemprego pobre tratamento2 «harm. mercado de trabalho» vaiacontecer10	emprego2 (empregado) emprego5 (trabalhador-estudante) escolaridade posicaopolítica tratamento1 «transf. para outros países»

Fonte: elaboração própria

## Capítulo 5: Resultados

Quanto aos resultados da hipótese H1, sobre as condições demográficas dos indivíduos influenciarem o apoio dos inquiridos à implementação de um subsídio de desemprego europeu, testada no modelo 3.1; conclui-se que a variável demográfica *sexo* é positiva e estatisticamente significativa a um nível de 5%. Desta forma as pessoas do sexo feminino têm maior propensão para apoiar a existência desta medida. Além disso as variáveis *pobre* e *escolaridade* apresentam-se negativas e estatisticamente significativas a 1% e 5%, respetivamente. O que nos indica que as pessoas mais escolarizadas apoiam menos a existência de um subsídio de desemprego a nível europeu, por outro lado, contrariamente ao esperado, os inquiridos com rendimentos *per capita* inferiores a 1500 € apoiam menos a implementação deste mecanismo. No entanto, este modelo não é adequado para explicar a variável dependente *apoio proposta*, como podemos ver pelo valor do pseudo R2 [Tabela 4-3.1].

No que toca à segunda hipótese, sobre a influência dos ideais das pessoas no apoio dos inquiridos à proposta de existência de um subsídio de desemprego europeu, testada por intermédio do modelo 3.2, verifica-se que a variável *posicaopolítica* é negativa e estatisticamente significativa a um nível de 1%, desta forma verifica-se que os indivíduos com ideais de esquerda têm maior propensão para apoiar estas reformas no sistema de subsídio de desemprego, à semelhança dos resultados encontrados por Gouveia (2017). A variável *vaiacontecer10 1* apresenta-se positiva e estatisticamente significativa a um nível de 1%, o que nos indica que as pessoas que acreditam que a proposta vai ser implementada nos próximos 10 anos têm uma maior propensão para apoiar este mecanismo em comparação com os inquiridos que não consideram que a proposta vai ser implementada, à semelhança dos resultados encontrados por Gouveia (2017) e, por sua vez, *vaiacontecer10 2*, tem um coeficiente positivo e estatisticamente significativo a 1%, desta forma os inquiridos que não sabem se a proposta vai ser implementada são mais positivos relativamente aos inquiridos que consideram que este mecanismo não será implementado nos próximos 10 anos. Quanto à variável *avaliacaone*, é positiva e estatisticamente significativa a um nível de 1%, o que nos indica que os inquiridos que têm uma melhor avaliação da UE têm maior apoio pela centralização do subsídio de desemprego a nível europeu, resultados análogos aos encontrados em Dolls & Wehrhoefer (2018). Por outro lado, contrariamente ao esperado a variável *conhecimentoue* apresenta-se negativa a um nível de 5%, o que nos indica que as pessoas que entendem ter um conhecimento mais elevado da UE, apoiam menos esta medida. Neste modelo, ainda, outras variáveis se apresentam estatisticamente significativas, a variável *idade*

que apresenta um coeficiente positivo a 5%, o que nos indica que as pessoas mais velhas têm maior propensão para apoiar esta medida. A variável *escolaridade* apresenta-se negativa e estatisticamente significativa a um nível de 5%, o que nos indica que as pessoas menos escolarizadas apoiam menos a implementação de um subsídio de desemprego a nível europeu. Como podemos observar pelo pseudo R2, o ajuste do modelo aumentou [Tabela 4-3.2].

Quanto aos resultados do modelo 3.3, em que se testa a hipótese H3 sobre as condições laborais dos inquiridos influenciarem o seu apoio ao subsídio de desemprego europeu, conclui-se que os resultados da variável *dummy emprego* não são estatisticamente significativos; conclui-se que os sinais das variáveis *emprego2* (empregados), *emprego3* (estudantes) e *emprego5* (trabalhadores-estudantes) são negativos, relativamente às pessoas que se encontram em situação de desemprego (*emprego 1*). E, por sua vez, a variável *dummy emprego 4* (reformados) tem um sinal positivo relativamente às pessoas em situação de desemprego (*emprego 1*). Por fim, o ajuste do modelo aumentou como se pode ver pelo pseudo R2 [Tabela 4-3.3].

Quanto às hipóteses H4 e H5, estas foram testadas no modelo 3.4, podemos, então, observar que apesar dos grupos de *tratamento 1* e *2* não serem estatisticamente significativos, estes apresentam o sinal esperado, isto é, os inquiridos inseridos no grupo de *tratamento 1* «transferências para outros países» têm menor propensão a apoiar esta medida relativamente aos inquiridos inseridos no grupo de controlo, enquanto os inquiridos inseridos no grupo de *tratamento 2* «harmonização do mercado de trabalho» apoiam mais a existência de um subsídio de desemprego a nível europeu do que os inquiridos do grupo de controlo [Tabela 4 - 3.4].

**Tabela 4: Resultados do modelo**

A tabela 4 apresenta os coeficientes estimados para os modelos *probit* 3.1 a 3.4. O modelo 3.1 reporta as variáveis demográficas dos inquiridos. O modelo 3.2 inclui as variáveis relacionadas com os ideais dos inquiridos. O modelo 3.3 inclui as variáveis *dummy emprego* relacionadas com a situação laboral dos indivíduos inquiridos (consultar apêndice B). O modelo 3.4 inclui as variáveis *dummy tratamento 1* e *2*, correspondentes aos grupos de tratamento «transferências para outros países» e «harmonização do mercado de trabalho», respetivamente. Foram retirados aos modelos os resultados dos inquéritos das pessoas que se demonstraram indiferentes ao apoio da proposta de existência de um subsídio de desemprego a nível europeu, para não enviesar o estudo. O erro *standard* é representado entre parênteses abaixo de cada coeficiente e a significância estatística é ilustrada pelos símbolos \*\*\*, \*\* que denotam um nível de significância estatística de 1% e 5%, respetivamente.

apoio proposta	3.1	3.2	3.3	3.4
constante	1,953 (0,308)***	0,662 (0,372)	0,835 (0,425)**	0,859 (0,432)**
escolaridade	-0,075 (0,016)***	-0,063 (0,02)**	-0,052 (0,022)**	-0,053 (0,022)**
idade	0,006 (0,003)	0,012 (0,004)**	0,007 (0,005)	0,006 (0,005)

<b>sexo</b>	0,174 (0,072)**	0,084 (0,083)	0,082 (0,083)	0,09 (0,084)
<b>percentagemdesemprego</b>	0,001 (0,001)	0,002 (0,002)	0,001 (0,002)	0,001 (0,002)
<b>pobre</b>	-0,186 (0,074)**	-0,22 (0,084)**	-0,215 (0,085)**	-0,214 (0,085)**
<b>posicaopolitica</b>		-0,1 (0,017)***	-0,101 (0,018)***	-0,099 (0,018)***
<b>vaiacontecer10</b>				
<b>1</b>		1,159 (0,116)***	1,151 (0,116)***	1,141 (0,117)***
<b>2</b>		0,734 (0,086)***	0,735 (0,087)***	0,738 (0,087)***
<b>avaliacaoue</b>		0,429 (0,071)***	0,434 (0,072)***	0,442 (0,072)***
<b>conhecimentoue</b>		-0,076 (0,034)**	-0,079 (0,035)**	-0,076 (0,035)**
<b>emprego2</b>			-0,098 (0,217)	-0,106 (0,217)
<b>emprego3</b>			-0,245 (0,23)	-0,267 (0,23)
<b>emprego4</b>			0,486 (0,51)	0,481 (0,514)
<b>emprego5</b>			-0,278 (0,243)	-0,299 (0,243)
<b>tratamento</b>				
<b>1</b>				-0,085 (0,093)
<b>2</b>				0,15 (0,098)
<b>number of obs</b>	1933	1666	1666	1666
<b>lr chi2</b>	(5)=45,72	(10)=274,35	(14)=277,90	(16)=283,84
<b>prob &gt; chi2</b>	0	0	0	0
<b>pseudo r2</b>	0,0265	0,1692	0,1714	0,1751

Fonte: elaboração própria

Como podemos observar na Tabela 5 foram introduzidas novas variáveis no modelo 3.5 *conhecimentoproposta*, *avaliacaodesemprego*, e a variável *dummy distrito*. Neste novo modelo 3.5, as variáveis *avaliacaodesemprego* e *conhecimentoproposta* não são estatisticamente significativas e o coeficiente apresenta um sinal negativo; contrariamente ao esperado, as pessoas que pensavam que poderiam lidar com a situação de desemprego nos próximos 12 meses tinham uma posição mais negativa relativamente à existência de um subsídio de desemprego a nível europeu; as pessoas que já conheciam a possibilidade de existência de um subsídio de

desemprego a nível europeu também apresentavam uma visão mais negativa quanto à proposta, apesar desta não ser estatisticamente significativa.

Por fim, no último modelo em estudo, 3.6, em que foi introduzida a variável de iteração *tratamento x posicaopolítica*, no que toca ao grupo de *tratamento 1* «transferências para outros países», verificamos que este é negativo e estatisticamente significativo a um nível de 5% o que nos indica que as pessoas que tinham ideais de direita, enquadradas no grupo de tratamento 1, tinham menor apoio pela implementação desta medida. Já no que toca ao grupo de *tratamento 2* «harmonização do mercado de trabalho», verifica-se que esta variável de iteração não é estatisticamente significativa, mas tem o sinal positivo como o esperado. Relativamente à variável *dummy distrito*, esta não é estatisticamente significativa, servindo apenas como uma variável de controlo.

**Tabela 5: Resultados modelo com iteração**

A tabela 5 apresenta os coeficientes estimados para o *probit* com variáveis *dummy distrito*. O modelo 3.5.a reporta o modelo 3.5 sem variáveis *dummy distrito*, e o modelo 3.6a reporta o modelo 3.6 sem as variáveis *dummy distrito*. O modelo 3.6 apresenta a variável de iteração *tratamento x posicaopolítica*. Foram retirados os inquéritos das pessoas que se demonstraram indiferentes ao apoio da proposta de existência de um subsídio de desemprego a nível europeu, para não enviesar o estudo. O erro *standard* é representados entre parênteses abaixo de cada coeficiente e a significância estatística é ilustrada pelos símbolos \*\*\*, \*\* que denotam um nível de significância estatística de 1% e 5%, respetivamente.

<i>apoio proposta</i>	<b>3.5.a</b>	<b>3.5</b>	<b>3.6.a</b>	<b>3.6</b>
<i>constante</i>	0,882 (0,436)**	0,243 (0,484)	1,015 (0,447)**	0,395 (0,496)
<i>escolaridade</i>	-0,051 (0,022)**	-0,037 (0,023)	-0,051 (0,022)**	-0,037 (0,023)
<i>idade</i>	0,006 (0,005)	0,006 (0,006)	0,006 (0,005)	0,007 (0,006)
<i>sexo</i>	0,073 (0,084)	0,07 (0,086)	0,07 (0,084)	0,069 (0,086)
<i>percentagemdesemprego</i>	0,001 (0,002)	0,002 (0,002)	0,001 (0,002)	0,002 (0,002)
<i>pobre</i>	-0,218 (0,086)**	-0,203 (0,089)**	-0,215 (0,086)**	-0,2 (0,089)**
<i>posicaopolítica</i>	-0,095 (0,018)***	-0,1 (0,018)***	-0,059 (0,03)**	-0,063 (0,030)**
<i>vaiacontecer10</i>				
<i>1</i>	1,174 (0,12)***	1,229 (0,124)***	1,183 (0,121)***	1,235 (0,124)***
<i>2</i>	0,742 (0,087)***	0,791 (0,089)***	0,752 (0,088)***	0,802 (0,090)***
<i>avaliacaoue</i>	0,442 (0,072)***	0,433 (0,075)***	0,453 (0,073)***	0,446 (0,075)***
<i>conhecimentoue</i>	-0,067 (0,035)	-0,064 (0,036)	-0,064 (0,035)	-0,061 (0,036)
<i>emprego2</i>	-0,120 (0,219)	-0,096 (0,223)	-0,14 (0,22)	-0,116 (0,225)

<i>emprego3</i>	-0,281 (0,232)	-0,201 (0,24)	-0,3 (0,233)	-0,22 (0,242)
<i>emprego4</i>	0,476 (0,512)	0,425 (0,527)	0,475 (0,518)	0,423 (0,536)
<i>emprego5</i>	-0,305 (0,245)	-0,226 (0,253)	-0,32 (0,247)	-0,242 (0,254)
<i>tratamento</i>				
1	0,079 (0,093)	-0,049 (0,095)	-0,421 (0,189)**	-0,392 (0,193)**
2	0,163 (0,099)	0,159 (0,101)	0,118 (0,211)	0,093 (0,214)
<i>conhecimentoproposta</i>	-0,157 (0,097)	-0,164 (0,1)	-0,16 (0,097)	-0,165 (0,1)
<i>avaliacaodesemprego</i>	-0,004 (0,022)	-0,006 (0,023)	-0,005 (0,022)	-0,007 (0,023)
<i>tratamento*c.posicaopolitica</i>				
1			-0,084 (0,04)**	-0,084 (0,041)**
2			-0,011 (0,044)	-0,016 (0,044)
<i>dummies distrito</i>		Sim		Sim
<i>number of obs</i>	1657	1638	1657	1638
<i>lr chi2</i>	(18) = 284,01	(36) = 303,95	(20) = 289,25	(38) = 308,71
<i>prob &gt; chi2</i>	0	0	0	0
<i>pseudo r2</i>	0,1759	0,1895	0,1791	0,1925

Fonte: elaboração própria



## Capítulo 6: Conclusões

A crise de 2008 pôs em causa a viabilidade da zona euro (Allard *et al.*, 2013) e enfatizou a necessidade de um mecanismo de estabilização de choques que permitisse suavizar as flutuações do ciclo económico nos Estados-Membros.

A proposta de criação de um regime europeu de desemprego tem sido explorada por instituições europeias e internacionais, académicos, grupos de reflexão e decisores políticos, como um possível primeiro passo para o estabelecimento de uma capacidade orçamental comum, que para além de combater os choques assimétricos, reforçaria a dimensão social da UE (Ministero dell'Economia e delle Finanze, 2015). Este mecanismo teria efeitos económicos reais significativos e imediatos, já que a maioria do rendimento dos desempregados é gasto em consumo (Dullien & Fichtner, 2013).

A implementação de um mecanismo deste tipo levanta ainda algumas reservas, pelo que é crucial perceber os fatores que influenciam a opinião pública e a elasticidade a diferentes tipos de informação. Nesta análise foram apresentados os resultados de um ensaio de controlo aleatório em que foram fornecidas algumas informações preliminares sobre a relevância da existência de um subsídio de desemprego a nível europeu aos inquiridos e foram, ainda, fornecidas aleatoriamente a diferentes grupos de inquiridos, diferentes argumentos de oposição à proposta. Percebemos que os textos informativos com que os inquiridos foram confrontados produziram impacto na sua opinião, como já tinha acontecido nos estudos de Dolls & Wehrhoefer (2018), Gouveia (2017) e Boeri & Tabellini (2012). Em particular, verificou-se que os indivíduos pertencentes ao grupo de tratamento «transferências para outros países» demonstraram menor apoio por esta medida, relativamente aos indivíduos que não foram confrontados com opiniões específicas sobre o subsídio de desemprego europeu (grupo de controlo). Este resultado demonstra que os inquiridos são sensíveis à informação que lhes é apresentada e, em particular, reduzem a sua propensão a aceitar a proposta quando são confrontados com os custos associados à medida (i.e., a possibilidade de ter que efetuar pagamentos a outros países, em particular países mais ricos como Alemanha ou França). Concluimos também que o impacto da informação é mais evidenciado quando são tidos em conta os ideais políticos dos inquiridos, corroborando mais uma vez Boeri & Tabellini (2012) e Gouveia (2017). No nosso estudo, verificámos que os inquiridos que se encontram mais à esquerda no espectro político têm maior propensão para apoiar estas reformas no sistema de subsídios de desemprego.

No entanto, deve-se ter em conta que esta investigação tem algumas limitações, uma vez que a amostra analisada não é representativa da população portuguesa, o que, não prejudicando a validade interna do inquérito aleatório controlado, impede a extrapolação dos restantes resultados à população portuguesa. Por estas razões, quaisquer resultados além dos diretamente relacionados com o ensaio devem ser interpretados com cautela.

Assim, sugere-se que em futuros trabalhos sejam analisadas amostras representativas da população portuguesa, e que sendo este assunto relevante para todos os cidadãos europeus, seja explorada a opinião e elasticidade de outros cidadãos de outros países da UE, de modo a perceber quais os aspetos que devem ser tidos em conta no desenho de um mecanismo de subsídio de desemprego europeu. Este tipo de estudos deve, ainda, ser alargado a outros mecanismos que se demonstrem relevantes ou benéficos para o quotidiano dos cidadãos europeus. Deste modo conseguiremos melhorar as estruturas de governação e aumentar a proximidade de uma estrutura altamente centralizada à população.

## **Apêndice A – Questionário texto informativo**

### **Introdução**

- Este questionário faz parte de um projeto de investigação sobre a proposta de criação de um subsídio de desemprego europeu.
- As suas respostas são confidenciais.
- O questionário demora entre 5 a 10 minutos e está dividido em 3 blocos de questões.
- A sua participação é essencial para garantir a qualidade dos resultados.

Muito obrigada pela sua ajuda!

Ana Rita Garcia da Fontoura Carneiro

Mestrado em Finanças e Fiscalidade

[anaritafontoura@outlook.com](mailto:anaritafontoura@outlook.com)

Faculdade de Economia da Universidade do Porto

A recente crise económico-financeira colocou em causa a Zona Euro (i.e., os países da União Europeia que adotaram o euro). Várias propostas têm sido defendidas no sentido de aumentar a resistência da Zona Euro às crises futuras.

### **Subsídio de Desemprego Europeu**

O subsídio de desemprego europeu seria um mecanismo em que os países com menos desemprego transfeririam fundos para os países com desemprego mais elevado, destinados a pagar subsídios de desemprego aos cidadãos. Cada país poderia complementar este subsídio europeu com transferências adicionais para os desempregados, se assim entendesse (financiadas diretamente pelo próprio país).

Existem diferentes opiniões.

### **Proponentes:**

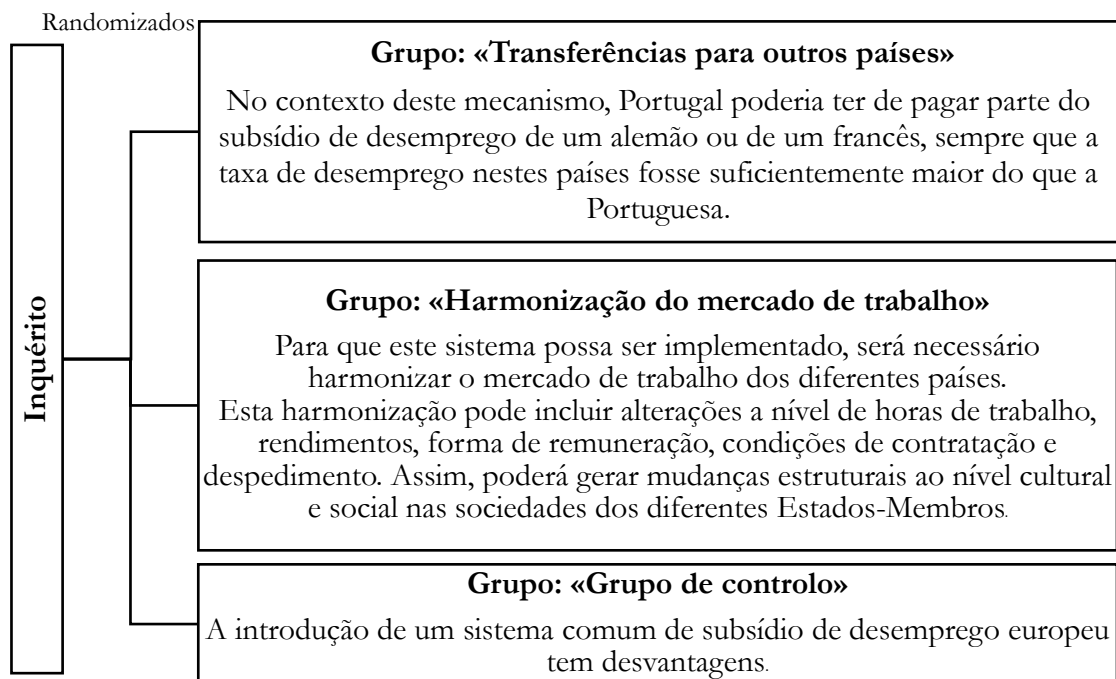
Este sistema de subsídio de desemprego ajudaria a ultrapassar melhor as crises económicas e a estabilizar a Zona Euro. Os países em crise iriam receber fundos de outros Estados-Membros para pagar (pelo menos parte) o subsídio de desemprego.

Se o mecanismo estivesse em vigor nos últimos anos, Portugal teria recebido fundos de outros países europeus para financiar os subsídios de desemprego pagos aos cidadãos Portugueses.

## Texto aleatório

**Figura 5: Grupos de controlo aleatório no inquérito**

3 grupos aleatórios controlados: de forma aleatória cada questionário tem um dos diferentes textos informativos apresentados.



Fonte: elaboração própria

## Apêndice B – Descrição das variáveis

**Tabela 6: Listagem e descrição das variáveis**

Variável	Descrição
<b>agregado</b>	n.º de pessoas do agregado familiar [1, 6].
<b>agregadodesempregado</b>	n.º de pessoas do agregado familiar desempregadas [0, 6].
<b>avaliacaodesemprego</b>	escala de classificação atribuída pelo inquirido de alguém do seu agregado familiar ficar desempregado [1 se nula, 7 se muito elevada].
<b>avaliacaoue</b>	1 se o inquirido é a favor da UE, 0 se o inquirido está contra a UE, 2 se é indiferente.
<b>conhecimentoproposta</b>	1 se o inquirido já conhecia a proposta de existência de um subsídio de desemprego a nível europeu.
<b>conhecimentoue</b>	escala de [1,7], 1 se o nível de conhecimento é nulo, 7 se nível se conhecimento do inquirido em relação à UE é muito elevado].
<b>distrito1</b>	1 se o inquirido reside em Aveiro.
<b>distrito2</b>	1 se o inquirido reside em Braga.
<b>distrito3</b>	1 se o inquirido reside em Bragança.
<b>distrito4</b>	1 se o inquirido reside em Castelo Branco.
<b>distrito5</b>	1 se o inquirido reside em Coimbra.
<b>distrito6</b>	1 se o inquirido reside em Faro.
<b>distrito7</b>	1 se o inquirido reside em Guarda.
<b>distrito8</b>	1 se o inquirido reside em Leiria.
<b>distrito9</b>	1 se o inquirido reside em Lisboa.
<b>distrito10</b>	1 se área de residência não aplicável.
<b>distrito11</b>	1 se o inquirido reside em Portalegre.
<b>distrito12</b>	1 se o inquirido reside no Porto.
<b>distrito13</b>	1 se o inquirido reside na Região Autónoma da Madeira.
<b>distrito14</b>	1 se o inquirido reside na Região Autónoma dos Açores.
<b>distrito15</b>	1 se o inquirido reside em Santarém.
<b>distrito16</b>	1 se o inquirido reside em Setúbal.
<b>distrito17</b>	1 se o inquirido reside em Viana do Castelo.
<b>distrito18</b>	1 se o inquirido reside em Vila Real.
<b>distrito19</b>	1 se o inquirido reside em Viseu.
<b>distrito20</b>	1 se o inquirido reside em Évora.
<b>emprego1</b>	1 se o inquirido é desempregado.
<b>emprego2</b>	1 se o inquirido é empregado.
<b>emprego3</b>	1 se o inquirido é estudante.
<b>emprego4</b>	1 se o inquirido é reformado.
<b>emprego5</b>	1 se o inquirido é trabalhador-estudante.
<b>escolaridade</b>	escolaridade do indivíduo [9 se ensino básico, 12 se secundário, 15 se licenciado, 17 se mestrado, 20 se doutoramento ou superior].
<b>idade</b>	idade do inquirido.
<b>naturalidadept</b>	1 se o inquirido tem nacionalidade portuguesa.
<b>percentagemdesemprego</b>	percentagem de desempregados no agregado familiar.
<b>pobre</b>	1 se o inquirido tem rendimento inferior a 1500€, 0 se inferior.
<b>posicaopolitica</b>	escala de [-7,7], -7 se o inquirido tiver ideais de esquerda, 7 tiver ideais direita.

<b>rendimento</b>	rendimento per capita por classes – mensal depois de impostos; a classe 1 corresponde a um rendimento inferior a 500€; em cada classe seguinte aumenta em 500€; a classe 9 corresponde a um rendimento superior a 4000€.
<b>residenciapt</b>	1 se o inquirido tem residência em Portugal.
<b>sexo</b>	sexo do inquirido [1 se feminino, 0 se masculino].
<b>tratamento</b>	0 se inquirido pertencer ao grupo de controlo, 1 se o inquirido pertencer ao grupo de tratamento «transferências para outros países» e 2 se o inquirido pertencer ao grupo de tratamento «harmonização do mercado de trabalho».
<b>vaiacontecer10</b>	1 se o inquirido acha que a proposta de um subsídio de desemprego europeu vai ser implementada nos próximos 10 anos, 0 se o inquirido acha que não vai ser implementada, 0 se o inquirido acha que a proposta não vai ser implementada e 2 se o indivíduo não sabe.

Fonte: elaboração própria

## Apêndice C – Estatísticas descritivas das variáveis independentes

Tabela 7: Estatísticas descritivas das variáveis independentes

Variável	Total					Grupo de controlo (tratamento = 0)				
	Obs.	Média	Desvio Padrão	Min.	Max.	Obs.	Média	Desvio Padrão	Min.	Max.
agregado	1937	3,149	1,156	1	6	659	3,117	1,198	1	6
agregadodesempregado	1934	0,462	0,729	0	5	659	0,464	0,729	0	4
avaliacaodesemprego	1925	2,678	1,905	1	7	653	2,746	1,973	1	7
avaliacaoue	1937	0,773	0,531	-1	1	659	0,809	0,484	-1	1
conhecimentoproposta	1937	0,233	0,423	0	2	659	0,222	0,416	0	1
conhecimentoue	1936	4,272	1,308	1	7	658	4,284	1,299	1	7
distrito1	1928	0,077	0,267	0	1	656	0,075	0,263	0	1
distrito2	1928	0,138	0,345	0	1	656	0,133	0,339	0	1
distrito3	1928	0,018	0,132	0	1	656	0,015	0,123	0	1
distrito4	1928	0,008	0,091	0	1	656	0,011	0,103	0	1
distrito5	1928	0,033	0,178	0	1	656	0,034	0,18	0	1
distrito6	1928	0,007	0,085	0	1	656	0,006	0,078	0	1
distrito7	1928	0,006	0,075	0	1	656	0,006	0,078	0	1
distrito8	1928	0,013	0,115	0	1	656	0,015	0,123	0	1
distrito9	1928	0,055	0,229	0	1	656	0,064	0,245	0	1
distrito10	1928	0,012	0,111	0	1	656	0,006	0,078	0	1
distrito11	1928	0,004	0,06	0	1	656	0,005	0,068	0	1
distrito12	1928	0,374	0,484	0	1	656	0,369	0,483	0	1
distrito13	1928	0,007	0,085	0	1	656	0,005	0,068	0	1
distrito14	1928	0,006	0,079	0	1	656	0,005	0,068	0	1
distrito15	1928	0,008	0,088	0	1	656	0,008	0,087	0	1
distrito16	1928	0,007	0,085	0	1	656	0,011	0,103	0	1
distrito17	1928	0,022	0,148	0	1	656	0,024	0,154	0	1
distrito18	1928	0,178	0,383	0	1	656	0,18	0,384	0	1
distrito19	1928	0,02	0,141	0	1	656	0,023	0,15	0	1
distrito20	1928	0,005	0,068	0	1	656	0,008	0,087	0	1
emprego1	1937	0,051	0,22	0	1	659	0,055	0,227	0	1
emprego2	1937	0,309	0,462	0	1	659	0,319	0,466	0	1
emprego3	1937	0,499	0,5	0	1	659	0,472	0,5	0	1
emprego4	1937	0,023	0,149	0	1	659	0,03	0,172	0	1
emprego5	1937	0,118	0,323	0	1	659	0,124	0,33	0	1
escolaridade	1937	14,963	2,54	6	20	659	15,014	2,632	6	20
idade	1937	29,686	12,987	16	83	659	30,402	13,367	16	83
naturalidadept	1937	0,903	0,295	0	1	659	0,901	0,298	0	1
percentagemdesemprego	1937	15,268	24,641	0	100	659	15,898	25,549	0	100
pobre	1937	0,616	0,486	0	1	659	0,612	0,488	0	1
posicaopolitica	1937	-4,252	2,215	-7	5	659	-4,282	2,191	-7	5
rendimento	1889	2,557	1,49	1	9	641	2,552	1,523	1	9
residenciapt	1937	0,98	0,139	0	1	659	0,982	0,134	0	1
sexo	1933	0,636	0,481	0	1	655	0,65	0,477	0	1
vaiacontecer10	1937	1,087	0,875	0	2	659	1,082	0,885	0	2

Variável	Grupo «transferências para outros países» (tratamento = 1)					Grupo «harmonização mercado de trabalho» (tratamento = 2)				
	Obs.	Média	Desvio Padrão	Min.	Max.	Obs.	Média	Desvio Padrão	Min.	Max.
<b>agregado</b>	645	3,169	1,127	1	6	633	3,161	1,142	1	6
<b>agregadodesempregado</b>	645	0,459	0,746	0	5	630	0,462	0,712	0	5
<b>avaliacaodesemprego</b>	643	2,663	1,895	1	7	629	2,625	1,842	1	7
<b>avaliacaoue</b>	645	0,766	0,54	-1	1	633	0,744	0,566	-1	1
<b>conhecimentoproposta</b>	645	0,229	0,421	0	1	633	0,248	0,432	0	1
<b>conhecimentoue</b>	645	4,256	1,3	1	7	633	4,276	1,327	1	7
<b>distrito1</b>	643	0,101*	0,302	0	1	629	0,056	0,229	0	1
<b>distrito2</b>	643	0,12	0,325	0	1	629	0,162	0,369	0	1
<b>distrito3</b>	643	0,019	0,135	0	1	629	0,019	0,137	0	1
<b>distrito4</b>	643	0,002**	0,039	0	1	629	0,013	0,112	0	1
<b>distrito5</b>	643	0,028	0,165	0	1	629	0,037	0,188	0	1
<b>distrito6</b>	643	0,009	0,096	0	1	629	0,006	0,08	0	1
<b>distrito7</b>	643	0,002	0,039	0	1	629	0,01	0,097	0	1
<b>distrito8</b>	643	0,011	0,104	0	1	629	0,014	0,119	0	1
<b>distrito9</b>	643	0,053	0,224	0	1	629	0,049	0,217	0	1
<b>distrito10</b>	643	0,0171*	0,13	0	1	629	0,014	0,119	0	1
<b>distrito11</b>	643	0,003	0,056	0	1	629	0,003	0,056	0	1
<b>distrito12</b>	643	0,387	0,488	0	1	629	0,366	0,482	0	1
<b>distrito13</b>	643	0,005	0,068	0	1	629	0,013	0,112	0	1
<b>distrito14</b>	643	0,006	0,079	0	1	629	0,008	0,089	0	1
<b>distrito15</b>	643	0,008	0,088	0	1	629	0,008	0,089	0	1
<b>distrito16</b>	643	0,008	0,088	0	1	629	0,003	0,056	0	1
<b>distrito17</b>	643	0,02	0,141	0	1	629	0,022	0,148	0	1
<b>distrito18</b>	643	0,177	0,382	0	1	629	0,178	0,383	0	1
<b>distrito19</b>	643	0,02	0,141	0	1	629	0,017	0,131	0	1
<b>distrito20</b>	643	0,005	0,068	0	1	629	0,002	0,04	0	1
<b>emprego1</b>	645	0,064	0,244	0	1	633	0,035**	0,183	0	1
<b>emprego2</b>	645	0,307	0,462	0	1	633	0,3	0,459	0	1
<b>emprego3</b>	645	0,505	0,5	0	1	633	0,505**	0,5	0	1
<b>emprego4</b>	645	0,014**	0,117	0	1	633	0,024	0,152	0	1
<b>emprego5</b>	645	0,11	0,313	0	1	633	0,12	0,325	0	1
<b>escolaridade</b>	645	14,854	2,594	6	20	633	15,022	2,384	6	20
<b>idade</b>	645	29,133*	12,425	17	82	633	29,502	13,132	17	80
<b>naturalidadept</b>	645	0,91	0,286	0	1	633	0,899	0,302	0	1
<b>percentagemdesemprego</b>	645	15,062	24,831	0	100	633	14,824	23,483	0	100
<b>pobre</b>	645	0,636	0,482	0	1	633	0,602	0,49	0	1
<b>posicaopolitica</b>	645	-4,226	2,294	-7	5	633	-4,246	2,16	-7	3
<b>rendimento</b>	632	2,547	1,514	1	9	616	2,573	1,431	1	9
<b>residenciapt</b>	645	0,977	0,151	0	1	633	0,983	0,131	0	1
<b>sexo</b>	645	0,651	0,477	0	1	633	0,605**	0,489	0	1
<b>vaiacontecer10</b>	645	1,098	0,891	0	2	633	1,081	0,848	0	2

\*\* (\*) Estatisticamente diferente dos valores do grupo controlo em 95% (90%).

Fonte: elaboração própria



## Bibliografia

- Alcidi, C., Barslund, M., Busse, M., Nicoli, F., Ludolph, L., & Thirion, G. (2016). Additional effects of a European Unemployment Benefit Scheme. doi:10.2767/136257
- Alcidi, C., & Thirion, G. (2016). *Assessing the Euro Area's Shock-Absorption Capacity: Risk Sharing, Consumption Smoothing and Fiscal Policy* (CEPS Special Report No 146 ). Brussels: Retrieved from Centre for European Policy Studies website: <https://www.ceps.eu/publications/assessing-euro-area%E2%80%99s-shock-absorption-capacity-risk-sharing-consumption-smoothing-and>
- Allard, C., Bluedorn, J., Bornhorst, F., Furceri, D., Cottarelli, C., & Guerguil, M. (2015). *Lessons from the crisis: Minimal elements for a fiscal union in the euro area*. Routledge London and New York.
- Allard, C., Brooks, P. K., Bluedorn, J. C., Bornhorst, F., Ohnsorge, F., & Puh, K. M. C. (2013). *Toward A Fiscal Union for the Euro Area* Retrieved from International Monetary Fund website: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2013/sdn1309.pdf>
- Andor, L. (2016). Towards shared unemployment insurance in the euro area. *IZA Journal of European Labor Studies*, 5(1), 10. doi:10.1186/s40174-016-0060-7
- Andrea Brandolini, F. C., Francesco D'Amuri. (2014). *A feasible unemployment-based shock absorber for the Euro Area* (Questini di Economia e Finanza No. 254). Retrieved from Banca D'Italia website: [https://www.bancaditalia.it/pubblicazioni/qef/2014-0254/QEF\\_254.pdf?language\\_id=1](https://www.bancaditalia.it/pubblicazioni/qef/2014-0254/QEF_254.pdf?language_id=1)
- Arpaia, A., Kiss, A., Palvolgyi, B., & Turrini, A. (2014). *Labour mobility and labour market adjustment in the EU* (Economic Papers 539). Brussels: Retrieved from European Commission website: [http://ec.europa.eu/economy\\_finance/publications/economic\\_paper/2014/pdf/ecp539\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/economic_paper/2014/pdf/ecp539_en.pdf)
- Beblavý, M., Gros, D., & Maselli, I. (2015). *Reinsurance of National Unemployment Benefit Schemes* (CEPS Working Document No. 401). Retrieved from Centre for European Policy Studies website: <https://www.ceps.eu/system/files/wd401.pdf>
- Beblavý, M., & Lenaerts, K. (2017). *Feasibility and Added Value of a European Unemployment Benefits Scheme* Retrieved from Centre for European Policy Studies website: <https://www.ceps.eu/publications/feasibility-and-added-value-european-unemployment-benefits-scheme>

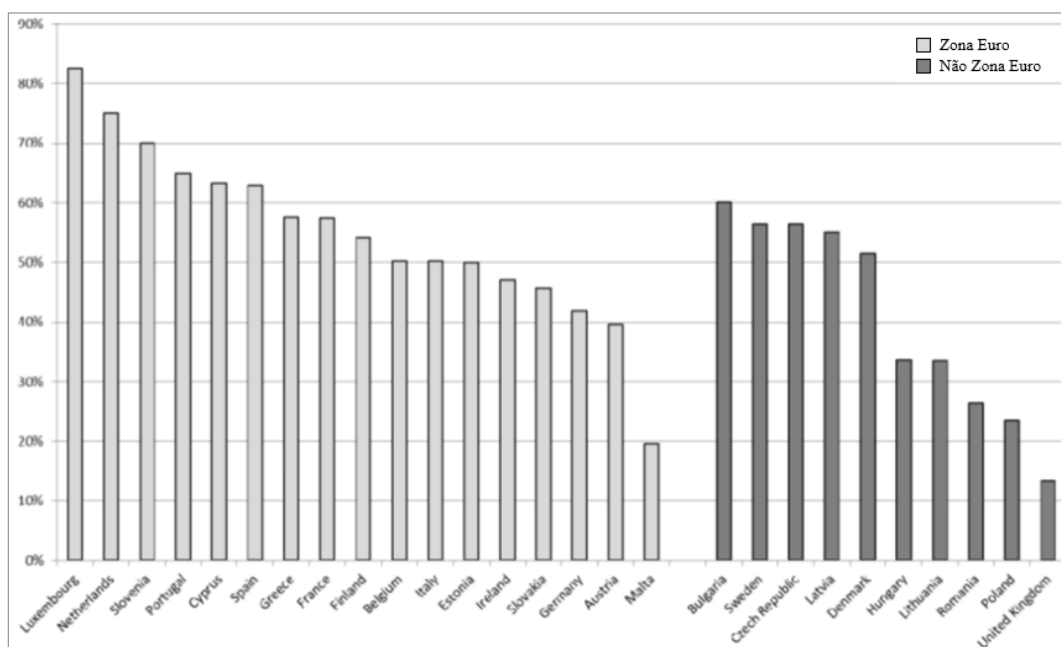
- Beblavý, M., Marconi, G., & Maselli, I. (2015). *A European Unemployment Benefits Scheme: The rationale and the challenges ahead* (CEPS Special Report No. 119). Retrieved from Centre for European Policy Studies website: <https://www.ceps.eu/publications/european-unemployment-benefits-scheme-rationale-and-challenges-ahead>
- Beblavý, M., & Maselli, I. (2014). *An Unemployment Insurance Scheme for the Euro Area: A simulation exercise of two options* (CEPS Special Report No. 98). Retrieved from Centre for European Policy Studies website: <https://www.ceps.eu/publications/unemployment-insurance-scheme-euro-area-simulation-exercise-two-options>
- Boeri, T., & Tabellini, G. (2012). Does information increase political support for pension reform? *Public Choice*, 150(1), 327-362. doi:10.1007/s11127-010-9706-6
- Bordo, M. D., Jonung, L., & Markiewicz, A. (2013). A Fiscal Union for the Euro: Some Lessons from History. *CESifo Economic Studies*, 59(3), 449-488. doi:10.1093/cesifo/ift001
- Burstein, P. (2003). The impact of public opinion on public policy: A review and an agenda. *Political research quarterly*, 56(1), 29-40. doi:10.1177/106591290305600103
- Campbell, D. T., & Stanley, J. C. (2015). *Experimental and quasi-experimental designs for research*. Boston: Houghton Mifflin Company
- De Vries, C. E., & Hoffmann, I. (2016). *Fear Not Values: Public Opinion and the Populist Vote in Europe* Retrieved from Bertelsmann Stiftung website: [https://www.bertelsmann-stiftung.de/fileadmin/files/user\\_upload/EZ\\_eupinions\\_Fear\\_Study\\_2016\\_ENG.pdf](https://www.bertelsmann-stiftung.de/fileadmin/files/user_upload/EZ_eupinions_Fear_Study_2016_ENG.pdf)
- Dolls, M., Fuest, C., Neumann, D., & Peichl, A. (2014). *Discussion Paper No. 14-095 An unemployment insurance scheme for the euro area? A comparison of different alternatives using micro data. (October 28, 2014)* <http://ftp.zew.de/pub/zew-docs/dp/dp14095.pdf>
- Dolls, M., & Wehrhoefer, N. (2018). *Attitudes Towards Institutional Reforms For The Euro Area* (7141 2018)
- Dullien, S. (2007). *Improving economic stability in Europe: what the euro area can learn from the United States' Unemployment Insurance*. Berlin: Retrieved from Stiftung Wissenschaft und Politik website: [https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/arbeitspapiere/Paper\\_US\\_KS\\_neu\\_formatiert.pdf](https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/arbeitspapiere/Paper_US_KS_neu_formatiert.pdf)

- Dullien, S., & Fichtner, F. (2013). A Common Unemployment Insurance System for the Euro Area. *DIW Economic Bulletin*, 3(1), 9-14.
- Enderlein, H., Europe, N., Delors, N. E.-I. J., Spiess, J., & Guttenberg, L. (2013). *Blueprint for a Cyclical Shock Insurance in the Euro Area*: Notre Europe.
- Esser, I., Ferrarini, T., Nelson, K., Palme, J., & Sjöberg, O. (2013). *Unemployment benefits in EU member states*. Retrieved from European Commission website: [ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=10852&langId=en](http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=10852&langId=en)
- European Commission. (2015). *Quarterly Report on the Euro Area* (Volume 14 N° 1). Retrieved from European Commission website: [http://ec.europa.eu/economy\\_finance/publications/qr\\_euro\\_area/2015/pdf/qrea\\_1\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/qr_euro_area/2015/pdf/qrea_1_en.pdf)
- European Commission. (2017a). *Eurobarometer Flash survey 458 about the views and attitudes related to the euro in the 19 euro area countries -Autumn 2017 Report*. (978-92-79-73640-7). Retrieved from European Commission website: <http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/>.
- European Commission. (2017b). *Future of Europe: Social issues*. Retrieved from European Commission website: <http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/>.
- European Commission. (2017c). *Reflection Paper on the Deepening of the Economic and Monetary Union*. Retrieved from European Commission website: [https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/reflection-paper-emu\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/reflection-paper-emu_en.pdf)
- European Commission. (2017d). *Roadmap for a More United, Stronger and More Democratic Union*. Retrieved from European Commission website: [https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/roadmap-factsheet-tallinn\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/roadmap-factsheet-tallinn_en.pdf).
- Goodhart, C. S., Stephen. (1993). *Stabilization*
- Gouveia, A. F. (2017). Political support for reforms of the pension system: two experiments. *Journal of Pension Economics & Finance*, 1-24. doi:10.1017/S1474747216000305
- Hebous, S., & Weichenrieder, A. (2016). Toward a Mutualization of European Unemployment Insurance? On Limiting the Downsides of a Fiscal Transfer System for the Eurozone. *CEifo Economic Studies*, 62(2), 376-395. doi:10.1093/cesifo/ifw010
- Juncker, J.-C. (2017, 13 September) *The State of the Union 2017*. SOTEU, European Parliament, Brussels.

- Juncker, J.-C., Tusk, D., Dijsselbloem, J., Draghi, M., & Schulz, M. (2015). *Completing Europe's Economic and Monetary Union*. Retrieved from European Commission website: [https://ec.europa.eu/commission/publications/five-presidents-report-completing-europes-economic-and-monetary-union\\_en](https://ec.europa.eu/commission/publications/five-presidents-report-completing-europes-economic-and-monetary-union_en)
- Kalemlı-Ozcan, S., Sørensen, B. E., & Yosha, O. (2001). Economic integration, industrial specialization, and the asymmetry of macroeconomic fluctuations. *Journal of International Economics*, 55(1), 107-137.
- Lellouch, T., & Sode, A. (2014). *An unemployment insurance scheme for the euro area* (Trésor'Economics No.132). Retrieved from Direction générale du Trésor website: <https://www.tresor.economie.gouv.fr/Ressources/File/403124>
- Majocchi, A., & Rey, M. (1993). A special financial support scheme in economic and monetary union: Need and nature. *Rivista di diritto finanziario e scienza delle finanze*, 52, No. 2, 161-204.
- Marjolin, R. (1975). *Report of the Study Group «Economic and Monetary Union 1980»*. Retrieved from European Commission website: [http://ec.europa.eu/economy\\_finance/emu\\_history/documentation/chapter7/19750308en57reportstudygroup.pdf](http://ec.europa.eu/economy_finance/emu_history/documentation/chapter7/19750308en57reportstudygroup.pdf).
- Ministero dell'Economia e delle Finanze. (2015). *European unemployment insurance scheme*. Rome: Retrieved from Ministero dell'Economia e delle Finanze website: [http://www.mef.gov.it/inevidenza/documenti/Unemployment\\_benefit\\_scheme\\_rev\\_2016.pdf](http://www.mef.gov.it/inevidenza/documenti/Unemployment_benefit_scheme_rev_2016.pdf)
- Pasimeni, P. (2015). *The economic rationale of an EMU fiscal capacity*. Paper presented at the Proceedings of the Oesterreichische Nationalbank Workshop “Towards a Genuine Economic and Monetary Union”. Vienna.
- Rodrik, D. (1996). Understanding economic policy reform. *Journal of economic Literature*, 34(1), 9-41.
- Vetter, S. (2014). *Stabilization, solidarity or redistribution?* Frankfurt am Main: Retrieved from Deutsche Bank Research website: [https://www.dbresearch.com/PROD/RPS\\_EN-PROD/PROD0000000000464304/Stabilisation%2C\\_solidarity\\_or\\_redistribution%3F\\_Does\\_.PDF](https://www.dbresearch.com/PROD/RPS_EN-PROD/PROD0000000000464304/Stabilisation%2C_solidarity_or_redistribution%3F_Does_.PDF)
- Werning, I., & Farhi, E. (2017). *Fiscal Unions (Working Paper 18280)*. Cambridge: Retrieved from National Bureau of Economic Research website: <http://www.nber.org/papers/w18280>

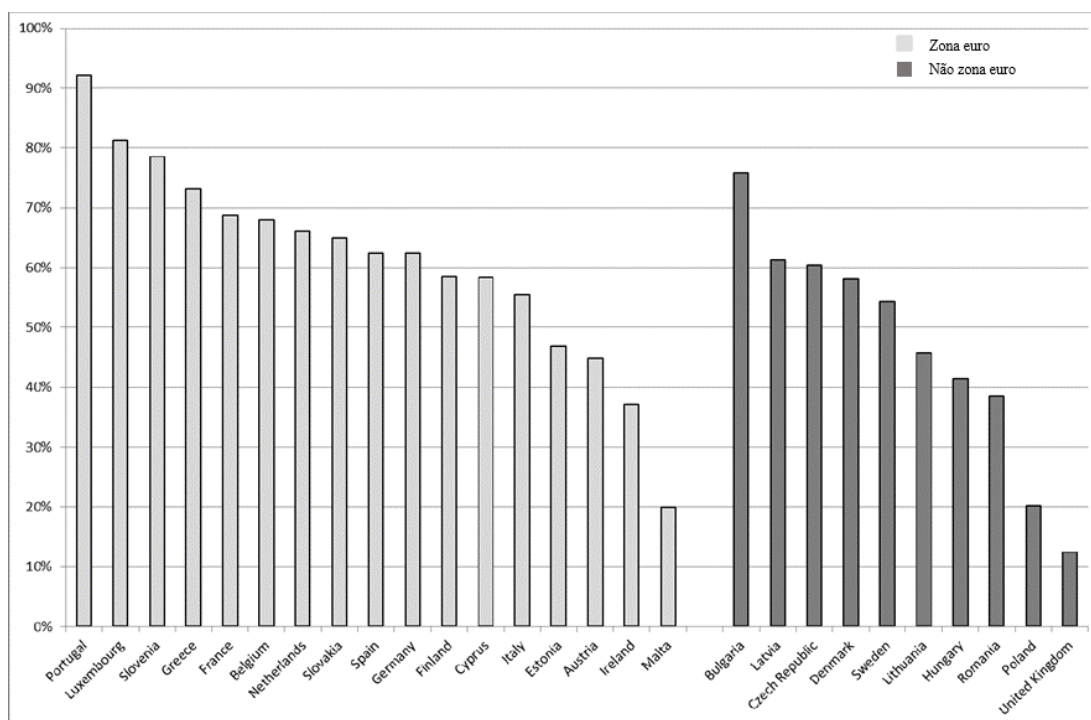
## Anexo 1 – Diferenças do subsídio de desemprego nos países da UE-27

Figura 6: Taxas de substituição bruta do subsídio de desemprego nos 27 Estados-Membros da UE, 2010.



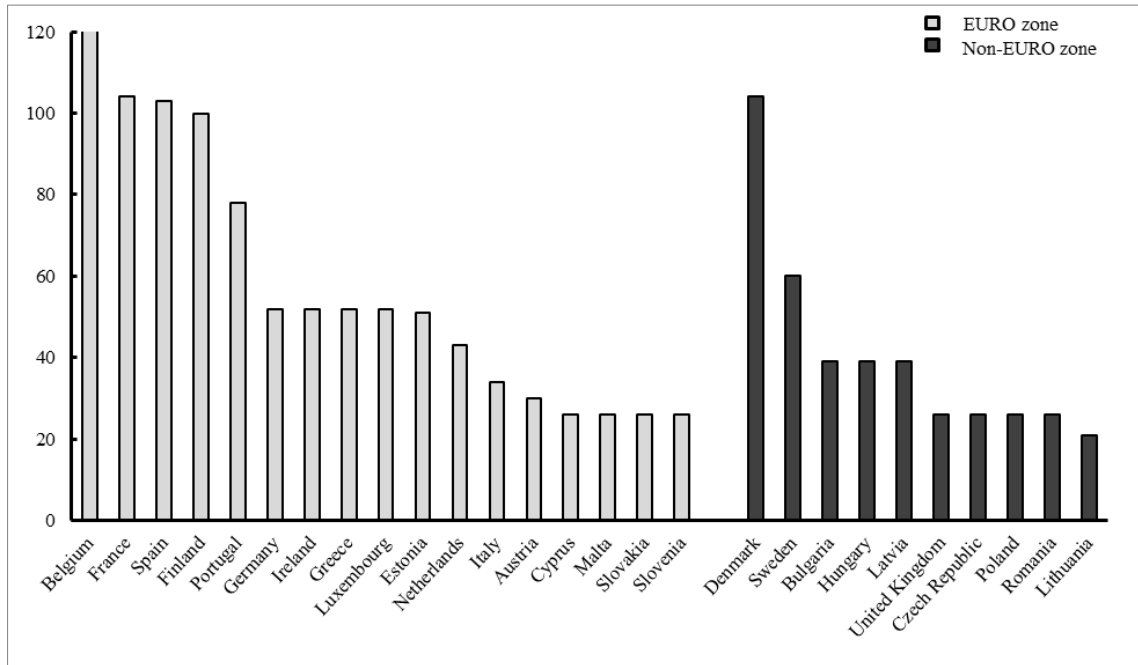
Fonte: Esser *et al.* (2013)

Figura 7: Taxas de substituição líquidas do subsídio de desemprego nos 27 Estados-Membros da UE, 2010.



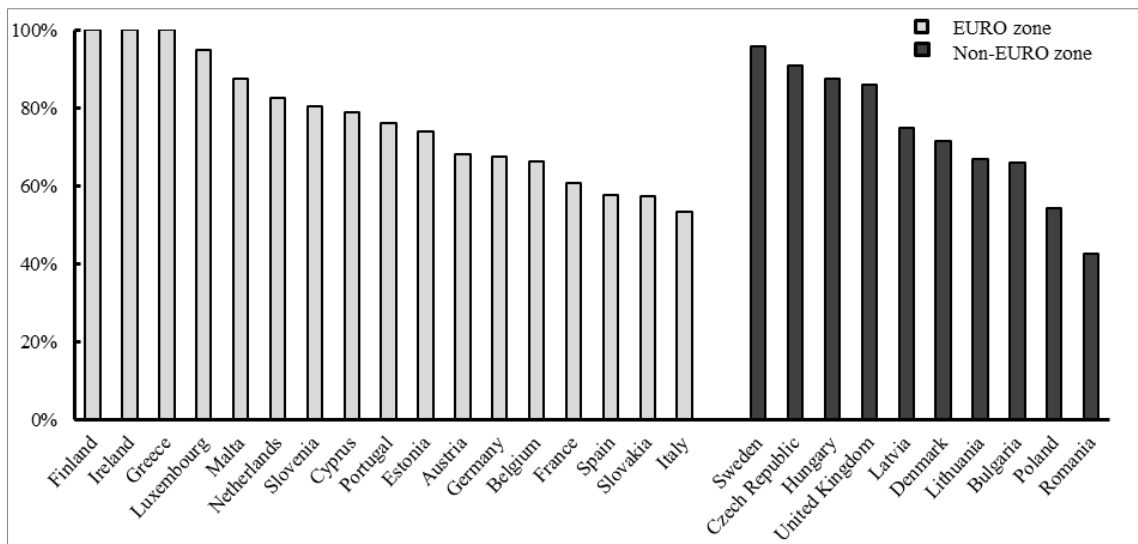
Fonte: Esser *et al.* (2013)

**Figura 8: Período de duração das prestações de subsídio de desemprego nos 27 Estados-Membros da UE em semanas, 2010.**



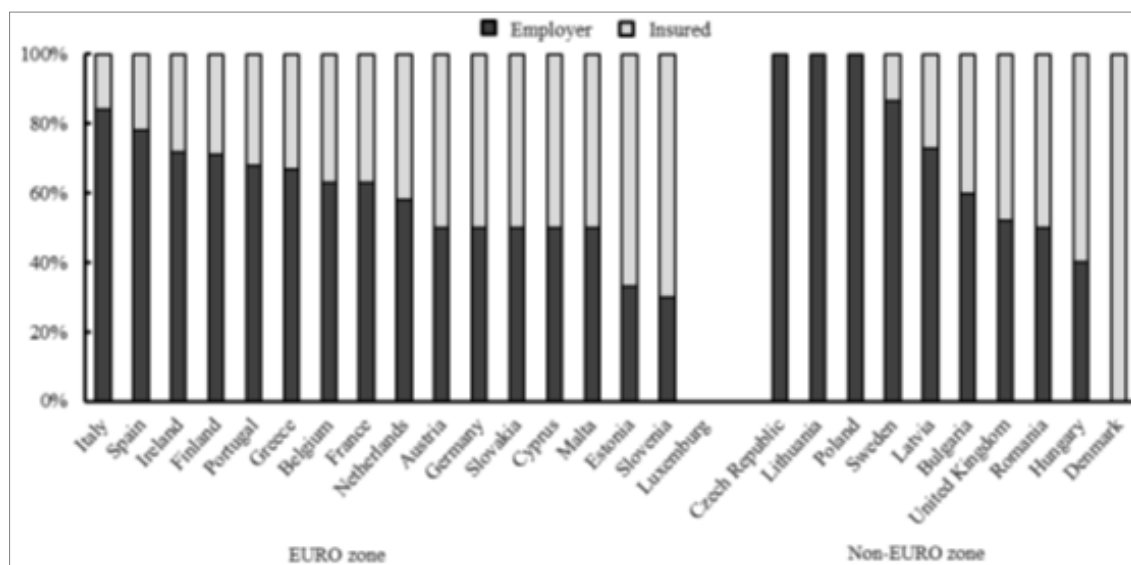
Fonte: Esser *et al.* (2013)

**Figura 9: Taxa de cobertura do subsídio de desemprego nos 27 Estados-Membros, 2010.**



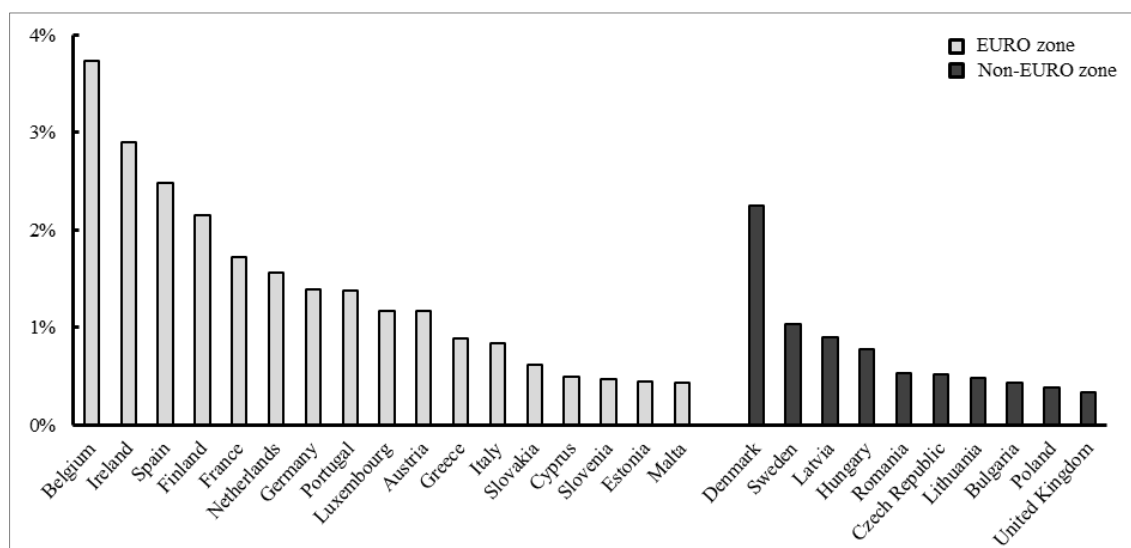
Fonte: Esser *et al.* (2013)

**Figura 10: Fontes de financiamento do subsídio de desemprego nos 27 Estados-Membros da UE Estados, 2010.**



Fonte: Esser *et al.* (2013)

**Figura 11: Despesas com subsídios de desemprego em percentagem do PIB nos 27 Estados-Membros, 2010.**



Fonte: Esser *et al.* (2013)

## **Anexo 2 – Inquérito**

### **Perguntas feitas a todos os participantes:**

Como classifica a proposta da existência de um subsídio de desemprego europeu?

- (Muito boa/ Boa/ Indiferente/ Má/ Muito má).

### **Atitudes**

Qual é a sua posição:

1. Sistema nacional de saúde? (Concordo/ Não concordo/ Não sei).
2. Legalização da interrupção voluntária da gravidez? (Concordo/ Não concordo/ Não sei).
3. Casamento entre pessoas do mesmo sexo? (Concordo/ Não concordo/ Não sei).
4. Restrição à entrada de imigrantes? (Concordo/ Não concordo/ Não sei).
5. Aumento do salário mínimo? (Concordo/ Não concordo/ Não sei).
6. Regulamentação do preço dos medicamentos? (Concordo/ Não concordo/ Não sei).
7. Legalização da marijuana? (Concordo/ Não concordo/ Não sei).

Qual a sua posição em relação à União Europeia?

- (Fortemente contra/ Contra/ Indiferente/ A favor/ Fortemente a favor).

Como classificaria o seu nível de conhecimento em relação à União Europeia?

- (1(Nulo)/ 2/ 3/ 4/5/ 6/ 7 (Muito elevado)).

Considera que nos próximos 10 anos o subsídio de desemprego europeu vai ser implementado?

- (Sim/Não/ Não sei).

### **Sobre si (Chegou à reta final!)**

Qual é a sua situação face ao emprego?

- (Desempregado/Estudante/ Reformado/ Empregado/ Trabalhador-estudante/ Outra).

Quantas pessoas fazem parte do seu agregado familiar (em geral, corresponde ao número de pessoas que vivem consigo, contando consigo próprio)?

- (1/2/ 3/ 4/5/ 6 ou mais).

Quantas pessoas do seu agregado familiar estiveram desempregadas nos últimos 12 meses?



- (0/ 1/ 2/ 3/ Outro).

Qual a probabilidade que atribui a ter alguém no seu agregado familiar numa situação de desemprego nos próximos 12 meses (inclua-se a si próprio)?

- (1(Nula)/ 2/ 3/ 4/5/ 6/ 7 (Muito elevada)).

Qual o rendimento mensal líquido per capita no seu agregado familiar?

Como calcular: some os rendimentos de todas as pessoas que vivem em sua casa e divida esse valor pelo número de pessoas do seu agregado familiar.

Exemplo: um agregado familiar composto por 2 pessoas, uma recebe 700 euros e a outra recebe 1100 euros, o rendimento per capita será 900 euros, ou seja:

$$\frac{(700+1100)}{2} = 900\text{€}.$$

- (Até 500€/ Entre 501€ e 1000€/ Entre 1001€ e 1500€/ Entre 1501€ e 2000€/ Entre 2001€ e 2500€/Entre 2501€ e 3000€/ Entre 3001€ e 3500€/Entre 3501€ e 4000€/Mais de 4000€).

## **Estudantes**

Nível de escolaridade que frequenta:

- (Básico/ Secundário/ Bacharelato/ Licenciatura/ Mestrado/ Doutoramento ou superior).

Qual a sua área de estudo?

- (Agricultura e Recursos Naturais/ Áreas de Ciências da Educação e Formação de Professores/ Arquitetura, Artes Plásticas e Design/ Ciências/ Direito, Ciências Sociais e Serviços/ Economia, Gestão e Contabilidade/ Educação Física, Desporto e Artes do Espetáculo/ Humanidades, Secretariado e Tradução/ Saúde/ Tecnologias/ Outra).

## **Trabalhador estudante**

Nível de escolaridade que frequenta:

- (Até sexto ano Inferior ao Básico/ Básico/ Secundário/ Bacharelato/ Licenciatura/ Mestrado/ Doutoramento ou superior).

Qual a sua área de estudo?

- (Agricultura e Recursos Naturais/ Áreas de Ciências da Educação e Formação de Professores/ Arquitetura, Artes Plásticas e Design/ Ciências/ Direito, Ciências

Sociais e Serviços/ Economia, Gestão e Contabilidade/ Educação Física, Desporto e Artes do Espetáculo/ Humanidades, Secretariado e Tradução/ Saúde/ Tecnologias/ Outra).

Qual a sua área de trabalho?

- (Setor primário (e.g. agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca) / Setor secundário (e.g. indústria, construção, energia e água) / Serviços (e.g. comércio, turismo, banca, ensino) / Outra).

## **Ativos**

Qual o mais alto nível de escolaridade que completou?

- (Até sexto ano Inferior ao Básico/ Básico/ Secundário/ Bacharelato/ Licenciatura/ Mestrado/ Doutoramento ou superior).

Qual a sua área de estudo?

- (Agricultura e Recursos Naturais/ Áreas de Ciências da Educação e Formação de Professores/ Arquitetura, Artes Plásticas e Design/ Ciências/ Direito, Ciências Sociais e Serviços/ Economia, Gestão e Contabilidade/ Educação Física, Desporto e Artes do Espetáculo/ Humanidades, Secretariado e Tradução/ Saúde/ Tecnologias/ Outra).

Qual a sua área de trabalho?

- (Setor primário (e.g. agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca) / Setor secundário (e.g. indústria, construção, energia e água) / Serviços (e.g. comércio, turismo, banca, ensino) / Outra).

## **Reformados**

Nível de escolaridade?

- (Até sexto ano Inferior ao Básico/ Básico/ Secundário/ Bacharelato/ Licenciatura/ Mestrado/ Doutoramento ou superior).

Qual a sua área de estudo?

- (Agricultura e Recursos Naturais/ Áreas de Ciências da Educação e Formação de Professores/ Arquitetura, Artes Plásticas e Design/ Ciências/ Direito, Ciências Sociais e Serviços/ Economia, Gestão e Contabilidade/ Educação Física, Desporto e Artes do Espetáculo/ Humanidades, Secretariado e Tradução/ Saúde/ Tecnologias/ Outra).

Qual foi a sua área de trabalho?

- (Setor primário (e.g. agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca) / Setor secundário (e.g. indústria, construção, energia e água) / Serviços (e.g. comércio, turismo, banca, ensino) / Outra).

**Sobre si – todos os participantes**

Sexo: (Feminino/ Masculino).

Idade: \_\_\_\_\_

Nasceu em Portugal? (Sim/ Não).

Reside em Portugal? (Sim/ Não).

Onde vive (distrito): \_\_\_\_\_